

Setembro 2019

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Desemprego dispara 39,3% nos centros urbanos, três vezes mais que na zona rural	6
1.2 Desemprego jovem vale 53,8%, aumenta nos meios urbanos mas baixa nas áreas rurais	6
1.3 Raio-X ao emprego em Angola	8
1.4 Alves da rocha crítica mais uma vez impacto social negativo do programa do FMI	8
1.5 País está longe de atingir as metas da ONU para 2030	9
1.6 Igreja Católica apresenta relatório sobre a pobreza em Namacunde	9
1.7 Comissão faz recomendação ao programa contra pobreza	10
1.8 Seca, fome e subida dos preços dos produtos da cesta básica na agenda das manifestações em Outubro	10
1.9 Angola só vai retirar da pobreza 20 mil pessoas até 2030	11
1.10 Combate à pobreza extensivo a ex-militares	11
2. MICROFINANÇAS	13
2.1 Camponeses chamados a reembolsarem micro-crédito	13
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 Cartas dos Leitores	14
3.2 38 Por cento dos negócios acontecem no informal	14
3.3 Comércio cadastra para melhor controlo e AGT pronta para tributar	15
3.4 Programa de formalização quer melhorar já em 90 dias	17
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	18
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	19
5.1 Municípios sem autarquias receberão tratamento igual	19
5.2 UNITA quer sobas isentos nas autárquicas	20
5.3 PALMA quer autarquias e todos os municípios	20
5.4 Proposta de lei espera por mais contribuições	20
5.5 A interacção entre as administrações municipais e os cidadãos	21
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	22
6.1 As casas sociais e o modelo exemplar para a amortização de custos	22
6.2 Comissão de Valores Mobiliários revoga títulos da AFGC	22
6.3 Obras externas por concluir condicionam venda de casas	23
6.4 Transição para as casas sociais é um modelo para o país	24
6.5 Visite o Kífica, senhor governador	24
6.6 A fraca qualidade das casas do Panguila é uma ofensa e humilhação dos angolanos	24

7. TERRA	27
7.1 A agricultura ocupa apenas 16,2% da terra arável nacional e 4,5% do total do território	27
7.2 Governo reconhece os imóveis da Igreja Católica	27
7.3 Garimpeiros retornam às áreas diamantíferas na província do Bié	28
7.4 Irmã do deputado Leonel Gomes volta a mandar prender camponês no Belas	29
7.5 «Fui violada por três seguranças do Lar Patriota»	30
7.6 «Um dos cajueiros que plantei ainda está aqui, bem visível»	30
7.7 Advogada «Intentámos dois processos e até agora não há resultados»	31
7.8 Camponeses intensificam frente para «recuperar» terras no Lar do Patriota	31
7.9 Em fase de reestruturação, Lar do Patriota opta pelo silêncio	32
7.10 Organização Humanitária Internacional insta PGR a investigar demolições em Benguela	33
8. SERVIÇOS BÁSICOS	34
8.1 Comuna de Namacunde à espera de furos de água	34
8.2 “Hidro-diplomacia sobre partilha da água pode evitar conflitos entre Estados”	34
8.3 Mais de mil famílias beneficiam de água	36
8.4 O desafio da água à prova das ameaças atuais	36
8.5 Água potável chega à comuna de Muxaluando	38
8.6 Privatizações vão abranger sector da Energia e Águas	38
8.7 Seca no Cunene leva a população a vandalizar as condutas de água	39
8.8 Habitantes de Cacuale têm mais água potável	39
8.9 Distribuição de água chega a mais bairros	39
8.10 Zenza e Zage já têm água potável	40
8.11 Localidades do Cuanhama têm mais água à disposição	40
8.12 Acima de metade da população com acesso difícil à água potável	41
8.13 Abastecimento de água potável pode melhorar	42
8.14 E mpreendedorismo no lixo é um negócio sustentável	42
8.15 Sambizanga mobiliza moradores voluntários para limpar o distrito	44
8.16 Jovem apoia captadores de lixo	44
9. AMBIENTE	46
9.1 Combate à seca: as falácias de um paradigma	46
9.2 Seca no Cunene leva a população a vandalizar as condutas de água	47
9.3 Exploração desenfreada de madeira prejudica produção de mel no Moxico	47
10. EXPLORAÇÃO MINEIRA	49
11. MIGRAÇÃO	49
12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	50
12.1 Angola e China renovam acordo no sector da Saúde	50
12.2 Guerra comercial EUA-China prejudica diversificação em Angola e na Nigéria	50
12.3 12 médicos chineses reforçam o Hospital Geral de Luanda	51
12.4 China investiu no país mais de 20 mil milhões	51
12.5 Zonas mineiras buscam parceiros chineses	52
12.6 Angola realiza hoje roadshow na China	53
12.7 China e Angola, "eternos amigos"	53
12.8 ESTOU CÁ HÁ CINCO MESES E NÃO RECEBI QUEIXAS SOBRE OBRAS	55
12.9 Guerra comercial EUA-China com pouco impacto em África	57

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Desemprego dispara 39,3% nos centros urbanos, três vezes mais que na zona rural

Jornal EXPANSÃO
06 De Setembro de 2019

A taxa de desemprego nos centros urbanos disparou 39,3%, ou seja, quase três vezes mais que nas zonas rurais onde o índice ronda os 14,3%, ou seja uma diferença de 25 pontos percentuais, entre o total da população economicamente activa, indicam os dados do I Inquérito Trimestral sobre o Emprego em Angola referente ao 11 trimestre de 2019 divulgado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE).

O INE indica que a população economicamente activa, durante o período em referência, foi estimada em 13,6 milhões de pessoas, enquanto o desemprego no País ronda os 29,0%, correspondendo a 3,9 milhões de pessoas sem trabalho. O desemprego é elevado e para inverter o indicador sobretudo nas cidades, o secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social, Manuel Moreira, garante que "o Executivo estrategicamente tem vindo a apostar e pretende continuar a reforçar o investimento nos sectores de actividade agrícola, pecuária e pesca, o que poderá conduzir a médio e longo prazo a movimentos migratórios contrários aos assistidos nos últimos anos", diz o governante.

Já o Ministério da Economia e Planeamento (MINEP), em resposta ao Expansão, indica que a actividade económica deve ser contextualizada. Quanto ao mercado de trabalho, o MINEP reconhece que "as diversas políticas públicas para estimular o emprego jovem têm encontrado entraves peculiares de um ambiente económico de muitos desafios, tal como o actual".

O MINEP avança ainda que a estrutura do desemprego nos jovens de 15-24 anos é praticamente igual na maior parte dos países do mundo ainda que de modo proporcional. "Angola não é excepção porque, apesar de os jovens estarem em idade activa, a maior parte deles só procura empregos depois dos 18 anos e muitos só depois de terminar o ensino superior ou depois de concluírem um curso de formação profissional. Assim, ainda que a taxa de desemprego diminua nos próximos anos, esta faixa

etária continuará com taxas de desemprego mais elevadas por essas razões", sublinha o MINEP.

No entanto, a diferença entre a taxa de emprego na área rural e urbana é bastante significativa, 78,7% e 50,9%, respectivamente, apresentando uma diferença de 27,7 pontos percentuais, cerca de 1,5 vezes superior na área rural.

O bastonário da Ordem dos Economistas de Angola, Fausto Simões, duvida das estatísticas divulgadas sobretudo os indicadores da zona rural e garante que os dados carecem de alguma cientificidade, porque, segundo diz, os inquiridos não envolveram um número aceitável de famílias.

"Mas se atendermos que as famílias se dedicam à agricultura familiar é possível que os indicadores de desemprego sejam tão baixos", disse o economista que adianta que "só o crescimento económico e a eleição da categoria do emprego como a principal abordagem da estabilidade macroeconómica é que podemos ter alguma perspectiva de invertermos esta perigosa situação."

I.2 Desemprego jovem vale 53,8%, aumenta nos meios urbanos mas baixa nas áreas rurais

Jornal EXPANSÃO
06 De Setembro de 2019

Os dados do INE para o 1.º semestre de 2019 mostram que o desemprego no País continua a aumentar, embora de forma ligeira, passando 28,8% no final de 2018 para 29% no início de Julho deste ano. Nas cidades o crescimento é maior, passou de 36,5% para 39,3%, contrastando com a taxa das zonas rurais, que baixou dos 16,2% para os 14,3%. As mulheres são as mais afectadas, 30,3% estão desempregadas, apesar do valor ter decrescido ligeiramente, no final do ano era de 30,9%. O desemprego masculino continua a crescer ao longo de toda a última década, em 2010 era de 8,2%, seis anos depois o valor atingiu os 18,8%, e no final do 1º semestre deste ano atingiu os 27,5%. A faixa da população mais atingida continua a ser a dos jovens, sendo que o INE avança que 53,8% dos jovens entre 15-24 anos estão desempregados. Uma realidade preocupante, que é olhada de outra forma pelo Governo. "O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, está atento aos indicadores do Emprego e Educação, que demonstram que 59,2% dos jovens entre os 15-24 anos estão a estudar, 12,5% estuda e trabalha e 16,5% não estuda nem trabalha", avança o secretário de

Estado do Trabalho e Segurança Social, Manuel Moreira.

Para entender os números é necessário primeiro entender o conceito que está subjacente à pesquisa do INE. Consideram-se desempregados, e contam para os números do desemprego os maiores de 15 anos que no período em referência se encontravam simultaneamente nas seguintes situações não tinham trabalho remunerado, mas tinham procurado activamente no mínimo nas três semanas anteriores, e ao mesmo tempo se encontram disponíveis para aceitar um trabalho remunerado ou não. Ou seja, só são considerados desempregados aqueles que de forma empenhada procuraram trabalho e estão disponíveis para aceitar desde já um emprego. O que naturalmente deixa de fora aqueles que estão ligados a actividades do sector informal, mas também muitos que não possuem emprego, e que assumem uma posição de inércia perante este facto.

Rui Santos, empresário ligado à Sistec, coloca a questão: "O que é o emprego? Um miúdo de rua que está a vender, será que está empregado? Se a resposta for sim, então as taxas apresentadas estão erradas". E acrescenta: "O desemprego em Angola apenas existe para quem for absolutamente preguiçoso. Um País com 1,2 mil quilómetros quadrados de terra fértil e mais 1.435 quilómetros de costa onde se pode pescar, só não trabalha e sobrevive quem não quer. Se a resposta a esta métrica de análise for só se considerar emprego o que está registado e paga imposto, então a percentagem de desemprego é de 65% ou mais".

Rui Santos lembra também a importância do emprego informal quando diz que "Angola tem 5 milhões famílias mais ou menos. Assumindo que cada família precisa de pelo menos um emprego, então são precisos 5 milhões de empregos formais. Estamos com um défice de emprego formal de pelo menos 3,8 milhões de pessoas. Em Angola não há fome generalizada e isso significa que como ninguém vive do ar, de alguma forma esses 3,8 milhões de famílias tem uma fonte de rendimento não formal e por isso, estão empregados".

Desemprego Jovem

A alta taxa de desemprego na camada jovem dos 15 aos 24 anos, 53,8%, apresenta-se como um facto muito preocupante. Manuel Moreira não foge a esta realidade e refere: "O Governo está determinado em preparar os nossos jovens para o mercado de trabalho e é por este facto que na revisão da Lei de Bases da Educação e Ensino, pretendemos articular a formação profissional e o ensino técnico profissional para garantir a dupla certificação, bem como uma segura transição destes jovens do sistema de ensino e

formação para o mercado do trabalho. Mais do que isso, o fomento ao auto-emprego tem sido uma política do MAPTSS, que têm vindo a incentivar tal prática com a criação de estruturas afins como os Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego, que têm o objectivo de materializar essa estratégia".

Fausto Simões, bastonário da Ordem dos Economistas de Angola, lembra a outra face da moeda:

"A taxa de desemprego apresentada pelo INE é bastante elevada tendo em conta os 13 milhões de angolanos economicamente activos. E isso podemos entender porque está a aumentar a degradação da qualidade de vida de muitas famílias. Assistimos ao aumento da delinquência, prostituição e outros males sociais", E avança com uma solução: ". E preciso criar incentivos para estimular as pequenas e médias empresas, e a isso que podemos chamar de inteligência económica. O Estado não cria empregos mas deve trabalhar para estimular as empresas e estas por sua vez estimularem o mercado de trabalho. Os incentivos devem ser para aquelas empresas que apostam no primeiro emprego e tudo passa pela criação de mecanismos que permitam a criação de apoios que contribuam para a estabilização das empresas. Os programas de estímulo ao emprego são louváveis mas pecam na sua implementação, facto que é agravado com a falta de fiscalização".

Em resposta escrita às questões do Expansão, o ministério da Economia e Planeamento acrescenta que "primeiramente é imperioso promover o crescimento económico, sem o qual qualquer medida de política pública torna-se ineficiente. É neste contexto que se justifica a aceleração da implementação das acções em curso contidas nos diversos instrumentos do Governo, mas de modo selectivo em termos de priorização, face aos constrangimentos de natureza financeira. Tais instrumentos são o PDN 2018-2022, o PRODESI, o PAPE, o PIIM, o PROPRIV, entre outros". Mas lembra também, pode ler-se no mesmo documento, que "determinadas as acções que visam estimular a actividade produtiva e criação de emprego precisam de tempo para ter o impacto desejado na economia nacional. Ainda assim, embora se registre o actual nível de desemprego, já são sentidos alguns resultados das acções do Governo com a abertura de determinados empreendimentos de iniciativa privada que criam postos de trabalho".

I.3 Raio-X ao emprego em Angola

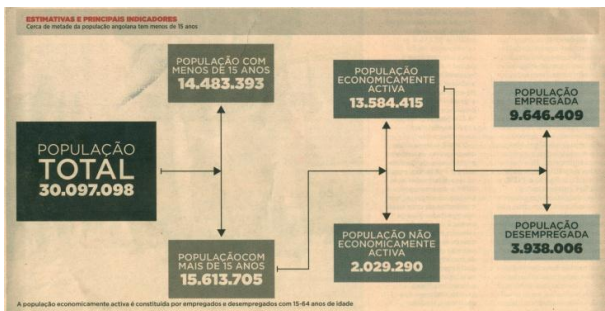
Jornal EXPANSÃO
06 De Setembro de 2019

Os jovens em idade activa são os que mais sofrem com a falta de trabalho. A recessão da economia está a contribuir para o agravamento do fenómeno. Cerca de 4 milhões de angolanos estão desempregados, equivalendo a 29% da força activa.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DESEMPREGO EM ANGOLA
Indicadores entre a população economicamente activa, %

Indicador	2010	2011	2016	2018	2019*
TAXA DE EMPREGO	70,2	72,3	70	62,1	61,8
Taxa de emprego, Homens	72,8	74,6	72,4	64,8	64,2
Taxa de emprego, Mulheres	67,8	70,1	68	58,7	59,6
Taxa de emprego, Área Urbana	59,2	59,6	64,7	53,5	50,9
Taxa de emprego, Área Rural	84,7	89,0	81,3	75,7	78,7
TAXA DE DESEMPREGO	9,8	17,3	19,9	28,8	29,0
Taxa de desemprego, Homens	8,2	15,2	18,1	26,6	27,5
Taxa de desemprego, Mulheres	11,2	19,3	21,5	30,9	30,3
Taxa de desemprego, Área Urbana	16,9	28,1	25,1	36,5	39,3
Taxa de desemprego, Área Rural	2,1	4,6	9,3	16,2	14,3

O emprego em Angola continua a cair, enquanto o desemprego dispara com a crise



I.4 Alves da rocha crítica mais uma vez impacto social negativo do programa do FMI

Jornal MANCHETE
19 De Setembro de 2019

O economista Aves da Rocha admite que, em recente artigo na sua coluna no semanário económico "Expansão" que Angola estará a viver o seu terceiro choque externo, depois da crise de 2008/2009 e a crise dos petro-dólares de 2014 que perdura até hoje. Citando fontes autorizadas afirma que "Há muitos investigadores, analistas, académicos e empresários receosos que o Programa de Ajustamento e estabilização com o FMI possa constituir um novo

choque sobre a economia e o sector social, dada a ortodoxia recorrente do seu modelo de proceder a ajustamentos': observando que (são) "provocadores de inadaptações, desequilíbrios e recessões sociais dificilmente recuperáveis mesmo a longo prazo (corrigem-se os défices macroeconómicos e provocam-se instabilidades sociais, não havendo a certeza de que saldos fiscais e das contas externas positivos arrastem necessariamente crescimento do PIB de uma maneira consistente e sustentável; os investimentos privados também são incentivados/atraídos pelo crescimento das economias e não apenas pelos equilíbrios supracitados e mesmo pelos bons ambientes de negócios."

O economista refere que a implementação do programa do fundo "acaba por, nas suas previsões, aligeirar os putativos efeitos benéficos do ajustamento em curso, prevendo uma taxa anual média de variação do PIB de 2% entre 2019 e 2022, correspondente a uma perda, também por ano, d 1,1 ponto percentual no rendimento por habitante, incompatível com a melhoria estrutura da das condições de vida e indesejável para a estabilidade política do país": destacando que "Os tecidos sociais de Angola são muito débeis, sendo disso prova a taxa de pobreza multidimensional (...) dependendo de melhorias na redistribuição do rendimento, nomeadamente nos apoios sociais e transferências de rendimentos", propondo o modelo brasileiro como uma boa fonte de inspiração. Alves da Rocha recorda que o presente programa do FMI já aplicado com "efeitos nefastos e desgastantes" noutros países africanos desde 1979, sendo que "o remédio encontrado foi exactamente o mesmo que está a ser aplicado agora em Angola: aumento de impostos, redução de despesas públicas (incluindo investimentos), pressão sobre o consumo privado (das famílias), desvalorizações externas e redução dos salários dos trabalhadores, acompanhadas de despedimentos, aumento das taxas de juro, etc. "sustentando que "resultado dessas políticas de ajustamento estrutural foi, em geral, um forte processo recessivo e elevados índices de inflação."

A mesma fonte avança que "todas estas medidas têm como pano de fundo a concepção de que o desequilíbrio externo de que os países sofrem é fruto, principalmente, do desequilíbrio interno que deriva do facto de o país, tal como sucede com algumas famílias, tender a 'viver acima das suas possibilidades: gastando mais do que ganha" acrescentando que "para alcançar o reequilíbrio interno é necessário reduzir as necessidades de financiamento do sector público (administrativo) ”.

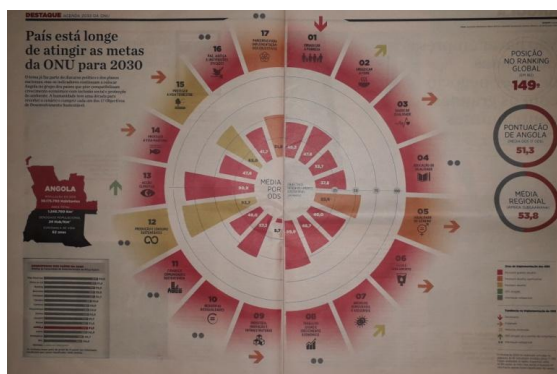
O analista económico frisa que das avaliações dos programas de ajustamento a impressão genérica que se tem é de que "se é verdade que em vários dos indicadores os valores para os países com programas fortes de ajustamento são mais favoráveis que os dos não aderentes, também é verdade que as diferenças parecem não justificar grande entusiasmo", explicitando que "se tomarmos como critério o crescimento do consumo real por habitante - um indicador que dá uma ideia do impacto dos programas sobre o nível de vida das populações, mas que não é preocupação do Fundo--, então parece, segundo essas mesmas avaliações, que os países que os prosseguiram ficaram, pós programas, numa situação pior que os dos restantes."

O especialista reforça que tal situação "vem confirmar a acusação que o ajustamento tem custos sociais extremamente elevados, nomeadamente quanto ao aumento da pobreza entre a acamadas sociais à partida já mais pobres, para além dos efeitos de aumento acentuado da diferenciação social que acompanha a execução destes programas. Sem contar com os custos políticos" - acentua.

O economista ataca mais uma vez: "Os defensores destes programas, FMI - Ministério das Finanças e BNA, acreditam piamente que sem eles a situação estaria muito pior agora e que no futuro tudo será idílico: estigmatizando que "Pelo meio fica, entretanto, o aumento da pobreza, a degradação das condições de vida, o agravamento dos desequilíbrios sociais e o aumento do desemprego (outra falácia destes defensores é a de que as privatizações vão aumentar o emprego)." Finalmente, mostrando-se muito pessimista face aos factos narrados, o professor universitário Alves da Rocha espera para ver: "O meu ponto é como o FMI vai deixar o país quando o protocolo terminar (2022) " - remata.

1.5 País está longe de atingir as metas da ONU para 2030

Jornal EXPANSÃO
20 De Setembro de 2019



1.6 Igreja Católica apresenta relatório sobre a pobreza em Namacunde

Jornal de Angola
20 De Setembro, 2019
Texto: Elautério Silípuleni

Um relatório de avaliação sobre a pobreza, da Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Igreja Católica do Cunene, realizado na comuna de Chiedi, município de Namacunde, indica que 85 por cento das mulheres desta localidade têm o parto em casa por falta dos Serviços de Saúde próximo das residências, enquanto a maioria dos alunos estuda debaixo de árvores devido à insuficiência de salas de aula.

Segundo o documento, apresentado ontem em Ondjiva, os Serviços de Saúde, Energia Eléctrica e Registo Civil não estão disponíveis nas oito aldeias da comuna do Chiedi, o que leva os habitantes locais a percorrerem distâncias em busca dos mesmos.

O relatório diz que a água consumida pelas famílias de Namacunde é imprópria, e para minimizar os efeitos da seca, as populações da comuna de Chiedi recorrem aos poços e cacimbas.

Ao falar na apresentação do relatório, o director nacional da Comissão Episcopal de Justiça Paz e Migrações da Igreja Católica, Celestino Epalanga, disse que a realização deste trabalho visa a promoção da paz e justiça, defender a dignidade da pessoa humana e contribuir para o desenvolvimento humano integral.

O responsável eclesiástico frisou que a Igreja Católica sempre preocupou-se com as questões sociais. "A erradicação da pobreza é, para nós, uma exigência ética, e é um dos objectivos do desenvolvimento sustentável adoptado também pelo Estado angolano como meta a alcançar até 2030", afirmou.

Celestino Epalanga disse que a pobreza dos habitantes da comuna de Chiedi traduz-se na falta de alimentos e água para consumo, quer humano quer para o gado, a falta de educação, saúde ou assistência médica e medicamentosa e acesso à Justiça.

O responsável afirmou que, por motivos da seca, as aldeias não produzem alimentos suficientes para a satisfação das suas necessidades, "por isso precisam de apoio alimentar". O também sacerdote adiantou que, no domínio da Educação, a percentagem de crianças e professores que estudam e trabalham debaixo de árvores, por falta de infra-estruturas

escolares, ainda é muito alta naquela comuna do município de Namacunde.

O município de Namacunde conta com 143.739 habitantes, dos quais 51,7 por cento são mulheres e 48,3 por cento homens. As oito aldeias da comuna estão afectadas pela seca e os habitantes percorrem longas distâncias para encontrarem cacimbas e poços de água.

Os trabalhos para a realização do aludido relatório foram financiados pela Igreja Norueguesa e a União Europeia. O estudo, realizado por diversos técnicos da igreja, vai servir também para apoiar as autoridades locais a resolverem os problemas cujas causas já estão identificadas.

I.7 Comissão faz recomendação ao programa contra pobreza

Jornal de Angola

25 De Setembro, 2019

Texto: João Dias

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros recomendou, ontem, que se continue a melhorar o mecanismo de avaliação e acompanhamento ao Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, com vista a garantir o cumprimento das metas estabelecidas pelo Executivo.

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros reuniu ontem, em Luanda, na sua 8ª sessão ordinária, sob orientação da ministra de Estado para a Área Social, Carolina Cerqueira, no âmbito da competência que lhe foi delegada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

Aquele órgão apreciou a Proposta de Lei sobre as Instituições de Poder Tradicional, que estabelece os princípios e regras relativas às atribuições, competências, organização, regime de controlo, da responsabilidade e do património das instituições do Poder Tradicional.

A proposta de diploma estabelece ainda as relações institucionais do Poder Tradicional com os órgãos da Administração do Estado, com as autarquias e as outras modalidades específicas de participação dos cidadãos no Poder Local, bem como na tipologia das autoridades tradicionais.

No domínio dos Transportes, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros apreciou o Projecto de Decreto Presidencial que altera o Decreto Presidencial nº 152/10, de 21 de Julho –

sobre as Bases Gerais das Concessões dos Transportes Urbanos Regulares de Passageiros, com vista a tornar obrigatório o uso do sistema de bilhética, de modo a obter-se o controlo do número de passageiros que utilizam esse tipo de transporte.

Ainda neste domínio, a Comissão apreciou o Projecto de Decreto Presidencial nº 154/10, de 26 de Julho – sobre o Regulamento de Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros, diploma que define as entidades competentes para o licenciamento do exercício desta actividade, veículos e títulos de concessão, bem como estabelece os mecanismos para a obtenção de informação sobre a exploração da concessão por parte do Estado.

A Comissão para a Política Social foi informada sobre o ponto de situação do Programa de Merenda Escolar, o uso de uniforme escolar, o Plano Nacional de Alfabetização e a situação do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

A Comissão tomou conhecimento da proposta de criação de uma instituição privada, designada Universidade Internacional do Cuanza, na província do Bié, que visa ministrar cursos de licenciatura nos domínios das engenharias, das tecnologias e das ciências sociais e humanas.

I.8 Seca, fome e subida dos preços dos produtos da cesta básica na agenda das manifestações em Outubro

Jornal Manchete

26 De Setembro de 2019

Texto: Mário Cassanda

Segundo os organizadores, o evento acontece pelas 11 horas, começando na zona da Fermat, na Avenida Deolinda Rodrigues, e termina a cem metros do Palácio Presidencial para apelar a sensibilidade do Presidente da República sobre a situação socioeconómica difícil dos angolanos.

Os manifestantes mostram-se preocupados com o facto dos preços dos produtos da cesta básica estarem a subir dia após dia, sem que o Governo se pronuncie, até ao momento, sobre esta situação, o que complica ainda mais a vida das famílias que se encontram a padecer de fome devido a seca no sul do país.

"Os chefes de famílias se encontram numa situação extremamente difícil não apenas devido a situação da seca e da fome, como também a subida dos preços dos produtos da cesta básica": disseram, os quais

entendem que o Presidente João Lourenço já devia decretar um estado de emergência no país.

O portal Angop noticiou esta semana que o impacto da seca que afecta a província do Cunene desde Outubro de 2018 atingiu o pico e está a obrigar crianças, de ambos os sexos, menores de 15 anos de idade, a praticarem trabalhos esforçado, como alternativa ao combate à seca e à fome.

Ainda segundo a Angop, essa realidade verifica-se nas povoações de Oupiakadi, Oshamola, Hehabo e de Onamuka, na comuna do Evale, no município do Cuanhama, onde petizes estão envolvidos na escavação de profundos furos para a descoberta de água e seu conseqüente acarretamento.

Indagadas, as crianças manifestaram-se agastadas com a falta de água para o consumo humano e para os animais, preterindo, assim, os estudos e outras actividades infantis a favor do pasto para a sobrevivência das suas famílias e do próprio gado.

1.9 Angola só vai retirar da pobreza 20 mil pessoas até 2030

Novo Jornal

27 De Setembro de 2019

Texto: Hortêncio Sebastião

Angola apenas conseguirá retirar da pobreza 20 mil pessoas até 2030, uma meta que é considerada insignificante, segundo uma pesquisa do Instituto sul-africano de Estudos e segurança (ISS) lançado na última terça-feira, 24, em Luanda.

A pesquisa denominada O futuro de Angola realça que, em 2030, essa franja da população terá o nível médio de rendimento de 2,32 dólares por dia, sendo uma das metas mais baixas da África Austral. A título de exemplo, refere que a China, em 10 anos, retirou da pobreza 300 milhões de habitantes.

Comentando o estudo, o director do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, Alves da Rocha, considerou por isso "grave" a questão da pobreza em Angola, acusando o Governo angolano de ' não atribuir muita importância à pesquisa científica no país.

"Os membros do nosso Governo acham que já sabem tudo e não têm nada para aprender com estes eventos, com estes nossos colegas de pesquisa, porque o Governo não dá muita importância à pesquisa científica em Angola", atirou o economista em declarações aos jornalistas à margem da cerimónia

de lançamento da pesquisa, criticando a ausência de governantes na plateia.

O académico sublinhou que a classe científica, nomeadamente as universidades, não foram consultadas para emitir pontos de vista em relação ao acordo assinado entre Angola e o Fundo Monetário Internacional (FMI), qualificando-o "desnecessário" para Angola.

"O Governo entendeu que era um bom programa e estava de acordo com tudo, assinou o protocolo e nenhuma universidade foi chamada para dizer que é preciso ter cautelas aqui e acolá. Vamos ver os programas de estabilização do FMI, o que é que aconteceu noutros países africanos? Será que vamos ganhar em termos de crescimento económico?", interrogou-se Alves da Rocha.

A pesquisa O Futuro de Angola, apresentada pelos investigadores Jack Silliers e 'Lyliane Wellborn e financiada pela fundação alemã Hans Seidel e pela Sueca SIDA, baseia-se no programa International Futures (IFS), que é um modelo integrado com centenas de variáveis demo gráficas, económicas, energia, infra-estruturas, saúde, educação e política governativa.

O estudo mostra que a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) por habitante só começará a ser uma evolução positiva em Angola a partir de 2035 e 2040 e sugere que o país pode alterar radicalmente esse quadro se o Governo entender que tem políticas nesse sentido.

Pesquisas idênticas - com previsão até 2050 - foram já realizadas no Quênia, Malawi e Moçambique e recentemente em Angola.

1.10 Combate à pobreza extensivo a ex-militares

Jornal de Angola

27 De Setembro 2019

A execução de política de combate à pobreza por parte dos administradores municipais deve incluir acções produtivas para ex-militares, para garantir o bem-estar comum, defendeu, ontem, no Huambo, Miguel Pereira.

O coordenador nacional do Grupo Técnico do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza considerou que os gestores municipais devem priorizar os ex-militares durante a planificação das acções deste programa, para o cumprimento das orientações do Governo.

O responsável, que falava no final do encontro de avaliação com a coordenação da Unidade Técnica Local de Combate à Pobreza, encabeçado pela governadora provincial, Joana Lina, destacou a importância de os administradores evitarem o desperdício de actividades, com a realização daquelas de carácter centralizada, em que já se fez alguma coisa, na perspectiva do desenvolvimento local.

O responsável disse ser fundamental que o exercício económico de 2020 do Programa de Combate à Pobreza assegure todas as acções que venham, na realidade, a contribuir para a melhoria do bem-estar da população, promoção do desenvolvimento humano e a inclusão económico-social a nível local.

O coordenador nacional do Grupo Técnico do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza admitiu que os administradores municipais vivem sob uma grande pressão face às dificuldades que cada uma das localidades apresenta, situação que exige maior interacção, para avaliar o impacto do esforço do Executivo.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Camponeses chamados a reembolsarem micro-crédito

Jornal de Economia e Finanças
13 De Setembro de 2019

A Adra está também, a desenvolver esforços, no sentido dos camponeses das áreas de intervenção reembolsarem o crédito de cerca de kz 18 milhões, concedido pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI).

Segundo o director-geral da Adra, Fernando Santos, o fundamental é que os camponeses devolvam o dinheiro que receberam dos bancos.

Actualmente, acrescentou, a Adra tem trabalhado na identificação e elaboração de micro-projectos comunitários em que os proponentes são submetidos à formação, e na fase de financiamento são remetidos aos bancos (Banco Sol e BCI), com os quais a instituição estabelece parcerias.

Fernando Santos fez saber que, o apoio prestado pela Adra é destinado às famílias camponesas e seus agregados, com destaque para a segurança alimentar e nutricional.

Apoio às comunidades

A ONG está a realizar um diagnóstico no município de Cacusó, numa parceria com a Universidade Católica de Angola. voltado para o apoio às pessoas vulneráveis.

No seu entender, o apoio é um acto de justiça social e que concorre para a harmonia e ao processo de inclusão social.

"Temos algumas associações que são apoiadas pela Adra e pelo MOSAP, e primamos pela identificação e elaboração de sub-projectos que são submetidos aos bancos comerciais", realçou, Fernando Santos.

Independentemente do apoio da banca, a Adra conta, igualmente, com um fundo de micro-crédito que viu a ajudar as pessoas a adquirirem os factores de produção e aumentarem as áreas de produção e desenvolve! o empreendedorismo, visando melhorar a sua condição de vida.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Cartas dos Leitores

Jornal de Angola
12 De Setembro de 2019

As nossas empresas

Muito já se falou sobre os projectos empresariais que não sobreviveram aos esforços para a sua manutenção. Há numerosos projectos empresariais, públicos e privados, que morreram pouco depois de terem nascido, facto que devia levar a muitas reflexões. Julgo que seria bom que se ponderasse a criação de uma agência ou comissão de acompanhamento dos projectos para os mais variados fins. Mais do que criar novos projectos, precisamos de avaliar correctamente as causas de desaparecimento dos que surgem, como se aguentam e porque é que "morrem" em condições em que poderiam ter continuidade. O acompanhamento serviria como uma espécie de base de dados inclusive para reorientar todos quantos queiram entrar para a vida empresarial, no sentido de aprenderem as melhores lições.

FERNANDO RIBEIRO

Samba

Venda na rua

Há dias gostei da posição assumida pelo novo governador de Luanda, que defendeu a venda na "zunga", designação que passou a servir para a venda ambulante. Contrariando vozes que defendiam medidas repressivas contra todos os que "zungam", o edil de Luanda defendeu a integração e reorientação. Acho que esse deve ser o paradigma da governação, instruir e orientar mais do que reprimir ou eliminar o comércio informal. Termino essa minha modesta carta felicitando o governador e toda a sua equipa.

DEOLINDA BASTOS

Marçal

Estimulantes sexuais

Escrevo pela primeira vez para o Jornal de Angola para falar sobre estimulantes sexuais, aparentemente uma conversa tabu, mas que cuja demanda nas farmácias aumenta a cada dia que passa. Como enfermeiro e funcionário de uma instituição

hospitalar de pequena dimensão, noto e oiço falar com muita frequência de casos que envolvem o recurso de estimulantes sexuais por parte dos jovens. E, na verdade, correm muitas informações, algumas nem sempre verídicas, sobre a procura destes estimulantes. Basta ver que o número de senhoras que pululam pela cidade a vender pomada, pós, pedaço de pau e líquidos de toda a espécie aumentou em muitas artérias da cidade de Luanda.

E segundo um levantamento feito por um grupo de estudantes, numerosas farmácias de Luanda Um conhecido uma procura crescente de estimulantes sexuais e curiosamente desacompanhadas de receitas médicas. Como recomendam todos os especialistas, os estimulantes sexuais devem ser usados somente sob orientação ou prescrição médica, facto que muitos não fazem, acabando por exagerar na dose. E como se não bastasse a procura exagerada por estimulantes sexuais nas farmácias, segundo o referido estudo, publicado no início deste ano nas redes sociais, o mais preocupante é que a procura pelos estimulantes é dominada por jovens. Os jovens, na sua maioria entre os 25 a 45 anos, são os que mais procuram os estimulantes sexuais, grande parte deles sem necessidade dos mesmos. Fazem - no apenas por necessidade de, alegadamente, "aumentar a pressão", facto que muitas vezes acaba por ser fatal. Vale a pena ir ao médico para evitar situações adversas evitáveis.

PEDRO MANTA

Huambo

3.2 38 Por cento dos negócios acontecem no informal

Economia e Finança
27 De Setembro de 2019

O indicador de 38 por cento tido como a actual taxa de informalidade da economia angolana é preocupante, conforme defendeu, esta semana, em Luanda, a especialista do Banco Mundial, Zenaida Uzir.

Ela e outros especialistas nacionais defenderam no seminário de iniciativa dos ministérios da Economia e do Planeamento e o das Finanças, que a economia informal não pode ser combatida, mas integrada no sistema formal, para fortalecer-se o mercado.

Nesse sentido, a especialista do Banco Mundial disse que a economia informal vai ser o conjunto de empresas e actividades económicas que actuam fora da economia moderna e longe das obrigações legais.

Causas

Entre as causas da informalidade nas economias, Zenaida Uzir apontou os elevados índices de pobreza, a baixa produtividade e o desemprego.

Além destes factores, indicou, igualmente, a corrupção, a burocracia, os elevados custos dos impostos e outros emolumentos como os que concorrem para a não formalizar uma iniciativa de negócio.

Questionada sobre as consequências da informalidade, Zenaida Uriz apontou as dificuldades para aceder ao crédito bancário, a protecção social dos trabalhadores e abertura de pólos, como as que tendem a fomentar a concorrência desleal.

Por outra, explicou que não existe uma única fórmula para resolver o problema da informalidade, pois cada caso é um caso.

No entanto, aconselhou a adopção de medidas que passam pela redução de pagamentos em dinheiro, sistemas de pagamentos electrónicos, reavaliação de alguns impostos e emolumentos como medidas complementares.

O economista Fernando Heitor, que participou na conferência na condição de consultor, disse que a economia informal não se combate mais sim, atrai-se para o formal.

Para Heitor, o Estado precisa criar novas medidas para formalizar os negócios, fiscalizar as empresas, assim como a cobrança de impostos.

Defende também a necessidade de se criar uma única instituição de fiscalização de actividade comercial no país, a atribuição de crédito bancário de modo a atrair quem esta na informalidade bem como redução de encargos na formalização de negócios.

Segundo o economista, a situação dos empreendedores angolanos é bastante crítica e carece de medidas para inverter-se a actual realidade.

Redução

Já a empresária Elizabeth Dias dos Santos disse que a redução da informalidade na economia angolana passa pela resolução dos problemas de base.

Para ela, a vulnerabilidade da maioria das famílias angolanas consta entre as causas que levam muitas mulheres às ruas, para dar respostas as necessidades de alimentar a família, estudar e garantir a assistência em casos de necessidade.

Elizabeth Dias dos Santos assegurou que as vendas de rua estão entre as principais impulsionadoras da economia real, pois trabalham noite e dia para alimentar famílias e assegurar a continuação do negócio.

Recorreu a alguns exemplos do grupo empresarial que dirige para explicar em como lida com as histórias de vida de mulheres, que começaram com um cartão de ovos e, actualmente, contam com mais de 10 caixas, o que constitui um verdadeiro exemplo de empreendedorismo, que deve ser transformado, através de políticas concretas.

Por outra, solicita os líderes africanos a exigir das multinacionais do Ocidente a criação de indústrias transformadoras nas zonas de exploração das matérias-primas, de modo a empregar a mão-de-obra a nível local.

Já o presidente da Associação de Vendedores do Mercado Informal, Óscar Cardoso, disse que o tal sector controla elevadas somas de dinheiro, sem qualquer dividendo para o Estado.

No seu entender, o Estado deve ir ao encontro do cidadão, criar serviços mínimos a nível local e potenciar a produção nacional. Disse ainda contrataram aproximadamente mil associados pelo país.

Na sua justificação, os vendedores ambulantes continuam neste segmento face às dificuldades no acesso aos serviços, a burocracia e a falta de incentivos atractivos para que possam formalizar os respectivos negócios. Há também o facto de muitos vendedores ganharem muito mais nessa actividade de patronato.

Segundo o presidente, este segmento de negócio é controlado sobretudo pelas mulheres, face a fuga a paternidade e baixo grau de escolaridade de muitas mulheres, que encontram no comércio informal a única forma de sobreviver.

3.3 Comércio cadastra para melhor controlo e AGT pronta para tributar

Economia & Finança
27 De Setembro de 2019

Os ministérios do Comércio e das Finanças, através da AGT, concordam. que a rápida emissão de alvarás comerciais podem ser, no momento, um factor estratégico para a redução da informalidade que se verifica na economia.

Aliada ao facto de as economias africanas, no caso concreto, precisarem baixar os actuais índices de pobreza, o técnico da direcção do Comércio Interno, Artur Pinheiro, entende ser a elevada pobreza das famílias um entrave para o sucesso das políticas de combate à informalização da economia.

Na sua apresentação, no recente fórum que abordou a informalização da economia, o técnico disse que a actual tendência acontece muito nos países pobres, onde: nota-se, sobretudo em África, existir um nível muito alto e que faz com que pessoas já no mercado formal prefiram regressar para o informal.

Artur Pinheiro, que falou sobre o "Informalidade e economia paralela em Angola", disse que uma das grandes causas da informalidade em Angola é a pobreza e para tal viragem seja necessário criarem-se políticas, indústrias e empregos, e, por fim, a cadeia do cadastramento, bom senso e infra-estruturas para o controlo das pessoas.

"Uma das inquietações do Governo é a questão ambulante, que é um processo da responsabilidade, sobretudo das administrações locais, no que se refere à metodologia e políticas atribuídas pelo Ministério do Comércio. O que deve acontecer, depois da reforma fiscal e com alguma Legislação já existente, é castrarem-se as pessoas, ter o controlo e criarem-se estruturas suficientes e com condições para" que se possa praticar a actividade normal do Comércio.

Lembra ainda que os efeitos da economia informal são graves, pois o país esteve numa guerra de mais de 30 anos e embora se esteja numa nova era, Q mundo exige também novas realidades, pois entende-se que os efeitos actuais atinjam, sobretudo as famílias de renda baixa e a economia em, termos de arrecadação fiscal.

"Estes efeitos hoje devem ser analisados para garantir a formalização rumo à diversificação da economia", garantiu.

Medidas

O sector do Comércio pretende regulamentar e fiscalizar o exercício de comércio, da prestação de serviços mercantis e da associação técnica, pós-venda. É ainda estratégia consolidar-se O' sistema de regulamentação' progressiva, que possa funcionar como um mecanismo de incentivo à passagem gradual de comércio informal ao Formal, soem perda de ocupação ou prejuízo da concorrência.

Para tal, o sector assume estas atribuições, conjugadas com a formalização do comércio rumo à diversificação da economia, para redução do comércio informal, numa perspectiva da sua transição progressiva.

A preocupação também está vincada na estratégia de longo prazo. Angola 2025 e no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022)

De acordo com o Artur Pinheiro, os objectivos a atingir, neste momento, são os de adequar e harmonizar a legislação do sector do Comércio, a desburocratização e descentralização do licenciamento de comércio e de prestação de serviços, a melhoria dos serviços prestados, a uniformização do procedimento de licenciamento a nível nacional a aproximação dos serviços de licenciamento junto dos operadores de comércio e serviços bem como a promoção e expansão de novas redes comerciais.

Por seu lado, o técnico da Administração Geral Tributária Gerson Bravo, disse não ser propriamente missão da Administração Geral Tributária (AGT) o combate a informalidade.

Para que se efective esta actividade, é preciso haver uma intervenção conjunta dos outros sectores do Estado.

"AG T não é o interveniente principal neste papel, pois há sectores próprios para o efeito. Apenas ela parece na altura que haja rendimentos para a cobrança dos impostos", disse.

De acordo com o técnico, acordo têm que continuar com os outros intervenientes do Estado, os quais devem participar em encontros sectores, por causa das questões que muitas das vezes são ali direccionadas.

Disse que para combater-se à informalidade, é de todo imprescindível que haja participação activa dos outros sectores do Estado, nomeadamente no Comércio por causa das emissões de alvarás.

"Uma das grandes causas da informal idade é a pobreza, temos que criar indústrias para gerar empregos", afirmou.

3.4 Programa de formalização quer melhorar já em 90 dias

Jornal de Economia & Finanças
27 De Setembro de 2019

O Ministério da Economia e Planeamento iniciou nesta quarta-feira, em Luanda, através de um seminário, uma campanha para a implementação do programa de reconversão da economia informal para formal, iniciativa cuja primeira fase vai até Dezembro.

Para o efeito, está em curso um conjunto de acções para criações de estratégias abrangentes, de modo a reduzir o nível de informalidade, que representa actualmente 35 por cento do Produto Interno Bruto (usd 126,76 mil milhões em 2018).

Segundo o secretário de Estado para a Economia e Planeamento, Sérgio Santos, que falava, quarta-feira, em Luanda, no seminário sobre "Como lidar com o sector informal e a economia paralela - política fiscal e perspectivas administrativas", na próxima semana arranca nas administrações, balcão do empreendedor a campanha denominada "É hora de formalizar".

A iniciativa está enquadrada na estratégia de implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2018-2022), que visa discutir questões ligadas à informalidade da actividade económica, através do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI). Com a campanha "É hora de formalizar", as autoridades, com toda a máquina administrativa, vão ao encontro dos agentes económicos para que tenham os documentos essenciais, visando o registo da actividade económica, via administrações municipais, Balcão Único do Empreendedor ou do contacto directo.

"Nós iremos até Dezembro levar o Bilhete de Identidade a conta bancário, numa parceria com Ministério da Justiça e Direitos Humanos, a Administração Geral Tributária e o Ministério das Finanças enfatizou".

O responsável assegurou que este período de três meses vai facilitar os agentes económicos a terem acesso ao crédito através do Programa de Apoio ao Crédito (PAC) a ser implementado. O secretário apelou aos participantes do seminário a olharem não apenas para as causas fiscais e legais, mas também aos aspectos antropológicos, porque a informalidade nas realidades africanas têm muito a ver com os usos e costumes dos povos do continente.

"(...) devemos reflectir como podemos na nossa realidade concreta trazer medidas que possam estar de acordo com a nossa realidade, uma vez que foi

espelhado aqui uma estatística de cerca de 35 por cento do nosso produto interno bruto (PIB) ser considerado peso da economia informal", disse.

O seminário sobre "As modalidades de formalização de actividades económicas e o papel da política tributária" é uma co-promoção dos Ministérios da Economia e Planeamento e das Finanças, em parceria com o Banco Mundial.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Municípios sem autarquias receberão tratamento igual

Jornal de Angola
02 De Setembro 2019

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado assegurou que, independentemente de, numa primeira fase, alguns municípios não realizarem eleições autárquicas, o Governo não os vai deixar à sua sorte, continuará a resolver os seus problemas.

De acordo com a Angop, Adão de Almeida falava sexta-feira, no Chitembo (Bié), num encontro com membros do Conselho de Auscultação das Comunidades (CAC), no quadro da sua visita de três dias ao Bié. Na ocasião, o ministro reafirmou, por exemplo, que onde houver problemas de escolas, do ponto de vista de governação, devem ser resolvidos, independentemente de a localidade estar ou não numa autarquia.

“Não vai haver processo discriminatório por parte do Governo”, declarou o ministro, ao responder à preocupação de Alexandre Celestino, um dos membros do CAC de Chitembo, sobre a forma de se combater as assimetrias nos municípios que, numa primeira fase, estarão de fora na selecção para as autarquias.

Adão de Almeida esclareceu que a lei que permitirá a selecção dos municípios para o processo autárquico será discutida no Parlamento, lembrando que os dois primeiros pacotes a respeito já foram debatidos e aprovados na “Casa das leis” e os outros só depois das férias dos deputados, que terminam a 15 de Outubro.

Os deputados a Assembleia Nacional aprovaram, em definitivo, em Agosto, por unanimidade, os projectos de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais. Com a aprovação da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, o Parlamento angolano deu um passo importante no processo de institucionalização das autarquias.

O projecto de Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias é constituído por dez capítulos e 77 artigos, enquanto a Proposta de Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais é composta por seis capítulos e 25 artigos.

Preocupações em Chitembo

Num encontro muito concorrido, com a presença de mais de uma centena de pessoas, ao ministro Adão de Almeida foram colocadas ainda várias outras inquietações que se vivem no município do Chitembo, com maior incidência para a escassez de energia eléctrica, água potável, insuficiência de quadros para a Educação e Saúde, actualmente estimados em 27 mil.

Foram igualmente levantados problemas sobre a falta de transportes, de uma morgue na sede municipal e a necessidade de asfaltagem ou terraplenagem de algumas vias de comunicação, como a que dá acesso à nascente do rio Kwanza, actualmente feita apenas por picada. Essas mesmas inquietações já haviam sido levantadas pelo soba grande da Embala Chitembo, Francisco Mucanda, durante um outro encontro com a comunidade local.

Quanto à insuficiência de quadros da Saúde e Educação, o ministro prometeu que a mesma deve ser ultrapassada com a admissão, todos os anos, de mais pessoal por via de concursos públicos, enquanto a solução das vias de acesso passa pela distribuição de equipamentos de reparação.

Na deslocação ao Chitembo, a 150 quilómetros do Cuito, o ministro Adão de Almeida fez-se acompanhar do governador Pereira Alfredo, de membros do Governo provincial e outros convidados. No local, a delegação visitou o Hospital Municipal, a Escola do II Círculo de Formação de Professores e o estaleiro das Obras do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água.

A visita visou, sobretudo, verificar o grau de cumprimento da medida recentemente tomada no quadro do reforço da desconcentração administrativa em que se está a fazer a transferência de competências para os municípios, bem como de questões relacionadas com a operacionalização e execução do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

5.2 UNITA quer sobas isentos nas autárquicas

Jornal de Angola

02 De Setembro, 2019

Texto: Adolfo Mundombe

O secretário da UNITA para o poder local e administração das autarquias na província do Huambo apelou às autoridades tradicionais a pautarem por uma postura de imparcialidade, durante a preparação do processo autárquico.

Dalmino Katata fez o apelo durante uma mesa-redonda promovida pelo Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário (FORDU).

O político apelou as entidades tradicionais para não se deixarem instrumentalizar, como aconteceu em actos anteriores, pelo facto do resultado das eleições autárquicas ter influência directa nas suas zonas de jurisdição. “Os sobas devem ser isentos de actos que causem o mal-estar nas aldeias”, referiu o político, que reconheceu a importância do papel das autoridades tradicionais nas comunidades.

O presidente da FORDU, Ângelo Kapwacha, considerou a realização da mesa-redonda, que abordou “os desafios da juventude nas autarquias”, como o primeiro passo na promoção de debates sobre as eleições autárquicas.

5.3 PALMA quer autarquias e todos os municípios

Jornal de Angola

03 De Setembro de 2019

Texto: Adelina Inácio

O presidente do Partido de Aliança Livre de Maioria Angolana (PALMA), Manuel Fernandes, defendeu, em Luanda, que as autarquias devem ser realizadas, em simultâneo, em todos os municípios do país, pois considera que o poder local é a melhor forma de resolver os problemas da população.

“O PALMA reafirma a ideia de uma autarquização não limitada, o que pode vir a ser mais uma forma de melhor satisfazer os anseios do nosso povo, ao ter perto de si o centro das decisões políticas referentes à gestão do seu município”, defendeu Manuel Fernandes, sábado, durante o III Congresso do partido coligado à CASA-CE.

O também deputado à Assembleia Nacional pela coligação liderada por André Mendes de Carvalho “Míau” referiu-se igualmente ao desemprego, tendo,

com efeito, defendido mais promoção ao investimento no capital humano e na capacitação da juventude.

“Estes altos níveis de desemprego dão a ideia clara de pouca valorização do capital humano e muito precisamente pouca valorização dos jovens angolanos, já que estes deviam estar bem dentro das prioridades daqueles que mal governam o nosso país”, salientou. Para Manuel Fernandes, os desafios são enormes e exigirão de todos maiores apostas, mais organização, mais coesão e mais sentido de trabalho.

O III Congresso Ordinário do PALMA decorreu sob o lema “Vencer barreiras para salvar Angola e realizar os angolanos”. O conclave, segundo Manuel Fernandes, pretendeu responder a várias necessidades como a organização das estruturas centrais e de base do partido. Durante o encontro, foi reafirmado o apoio incondicional do PALMA à CASA-CE e ao seu presidente, André Mendes de Carvalho.

5.4 Proposta de lei espera por mais contribuições

Jornal de Angola

05 De Setembro de 2019

Texto: Adelina Inácio

A proposta de Lei sobre as Instituições do Poder Tradicional, que deve estabelecer o modo e a actuação das autoridades tradicionais, bem como a sua relação com o Estado, está a ser discutida em todo o país para maior contribuição pública. À informação foi prestada ontem, ao Jornal de Angola, em Luanda, pela directora nacional das Comunidades e Instituições do Poder Tradicional do Ministério da Cultura.

Rosa Melo disse que se trata da primeira lei sobre as autoridades tradicionais e pretende-se que a proposta seja discutida em todo o país, para promover uma ampla reflexão relativa as instituições do poder tradicional." A proposta de lei já foi discutida em Luanda e em algumas províncias, mas pretendemos que ela seja discutida em todo o país, para a recolha de um maior número de contribuições relativas às instituições do poder tradicional", referiu.

Outra intenção, segundo Rosa Melo, é recolher também contribuições para a definição e a regulação das atribuições e competências administrativas destas entidades ou outras que assegurem uma actuação administrativa racional, eficaz e eficiente, além de valorizar as instituições tradicionais.

A responsável do Ministério da Cultura explicou que o diploma, depois de melhorado, vai ser analisado

pelo grupo técnico de apoio à Comissão para a Política Social para análise e, posteriormente, apresentar a proposta a Assembleia Nacional, para discussão e aprovação.

Rosa Melo afirmou que a proposta teve uma grande contribuição do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado.

5.5 A interacção entre as administrações municipais e os cidadãos

Jornal de Angola
09 De Setembro de 2019

Tem-se dito frequentemente que a vida começa nos municípios. Mas não basta repetir sempre esta frase. Importa que na prática haja interesse da parte dos administradores municipais em dialogar regularmente com cidadãos, para, com estes, de forma organizada, discutir problemas e encontrar soluções para eles. Há problemas nos municípios de fácil resolução, os quais não implicam custos elevados. Um administrador municipal deve ser sensível aos problemas básicos da circunscrição que dirige e que ele pode resolver, sem recurso aos órgãos administrativos centrais. Os cidadãos conhecem naturalmente os problemas que os afectam, sendo, por isso, conveniente que quem tem de tomar decisões converse com aqueles que são afectados por uma série de situações negativas.

Os cidadãos têm entendido, em face dos muitos problemas que vivem nos seus municípios, que nem sempre há muito empenho da parte das administrações municipais para resolver problemas simples. Não se pode, por exemplo, entender que um administrador fique vários anos a dirigir um município e não consiga fazer uma diligência para terraplenar ruas secundárias e terciárias. Não se pode também entender que um administrador não se preocupe com as condições higiénicas das várias escolas públicas que existem no município que dirige. Há em muitos municípios escolas sem casas de banho. Será que é assim tão difícil construir casas de banho para professores e alunos?

Estamos independentes há muitos anos. Já é tempo de os governantes assumirem posturas dignas do seu estatuto de servidores do Estado, que tem de estar permanentemente centrado na resolução dos problemas dos cidadãos.

Os cidadãos elegem os governantes para estes promoverem o bem comum, e não para verem os problemas a se agravarem. Queremos servidores

públicos actuantes, com capacidade para mudar o que está mal, com celeridade.

A interacção regular entre as administrações municipais e os cidadãos pode ajudar os que dirigem municípios a resolver com eficiência os problemas. O conhecimento da realidade nos municípios, por via do contacto com os cidadãos, é um passo importante para uma boa administração de circunscrições com múltiplos problemas.

É preciso que se acabe com o mau hábito de se trabalhar mais nos gabinetes do que no seio das comunidades. Por vezes fica-se com a impressão de que há administradores que têm dificuldades em interagir com as pessoas residentes dos municípios que dirigem.

Os cidadãos gostam de receber nas circunscrições em que residem os governantes e de saber que estes se preocupam com as suas vidas. Os cidadãos devem ser vistos, como afirmou o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, como parte da solução dos problemas dos municípios.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 As casas sociais e o modelo exemplar para a amortização de custos

Novo Jornal

06 De Setembro de 2019

Antes de ter iniciado o projecto de requalificação da Aldeia Camela Amões, onde hoje são visíveis sinais mais do que evidentes de uma nova Angola e de um modelo de desenvolvimento social que pode ser replicado para o vasto território nacional, o empresário António Segunda Amões encontrou uma realidade igual às inúmeras aldeias que se estendem pelo país todo.

Habitações precárias, sem o mínimo de condições de habitabilidade, ausência de hospitais, escolas, era esta a imagem de uma aldeia que hoje tem arruamentos e vê surgir uma realidade que não só está a oferecer uma vida nova aos aldeões, como inaugura um modelo habitação social único no país.

Ali onde existiam casebres, o Grupo ASAS substituiu e ergueu um modelo residencial do tipo T3 e mais um anexo, destinadas às famílias, e o modelo T4, para os técnicos angolanos que emprestam neste momento o seu saber na Aldeia Camela Amões.

No total, são 160 hectares só para acolher as casas sociais. E estas residências têm adjacentes um espaço onde cada família pode praticar o cultivo de hortaliças e outros produtos do campo.

Como iniciativa pioneira, o Projecto Integrado Camela Amões criou a Cooperativa Agrícola Camela Amões, para permitir que cada família beneficiária das residências seja um factor empreendedor da sua própria mudança de vida.

As casas ergui das estão avaliadas em oito milhões de kwanzas, e cada uma destas famílias tem 40 anos para amortizar a dívida.

No entanto, o pagamento não é feito com dinheiro. Porque o projecto dispõe de meios mecanizados e inputs agrícolas, a Cooperativa Camela Amões distribui a cada uma das famílias estes meios no início de cada ano. Na fase da colheita, 10 por cento do que estas famílias produzem são entregues à cooperativa para a amortização do custo de construção de suas habitações. vinte por cento das receitas da produção anual é também entregue à cooperativa como

comparticipação nas despesas com os meios mecanizados e inputs. O remanescente da produção, caso as famílias não consigam a totalidade da produção, é vendido à própria cooperativa.

O projecto da Aldeia Carne la Amões é também hoje conhecido na região como um desbravador de novas frentes que os agricultores de aldeias instaladas nas proximidades conseguem hoje abrir, graças às estradas de terra batida que as máquinas e os homens tornaram possíveis.

Aldeões que viam os produtos apodrecerem, por não terem como escoá-los, hoje conseguem ver o resultado dos anos de cultivo a ser distribuídos em vários pontos da província do Huambo, bem como em Benguela e Bié.

Este milagre só tem sido possível por conta de pequenas motorizadas de três rodas, que têm servido de ponte.

6.2 Comissão de Valores Mobiliários revoga títulos da AFGC

Jornal EXPANSÃO

06 De Setembro de 2019

A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC, na sigla inglesa) revogou o registo de todos os títulos da Africa Growth Corporation (AFGC) porque a empresa não apresenta relatórios trimestrais e semestrais desde 30 de Junho de 2017. A decisão, com efeitos a partir de dia 20 de Agosto, foi tomada depois de uma primeira suspensão temporária das obrigações da empresa, decretada a 23 de Julho, e surge também na sequência de um acordo entre a SEC e a AFGC.

Segundo um comunicado da empresa, em consequência do acordado, os títulos da empresa deixam de ser transaccionados no mercado de balcão, nomeadamente no norte-americano OTC Link, e a empresa deixa de ter a obrigação de apresentar relatórios.

Na prática, a AFGC assumiu a "delinquência de deposição de informação" obrigatória para as empresas listadas no âmbito da SEC, facto que a empresa atribui à "interferência dolosa e à expropriação dos activos imobiliários em Angola por parte de agentes e agências governamentais" deste país.

A medida, que "não surpreendeu a empresa", não resulta em qualquer penalização adicional, e a AFGC

espera que após ser ressarcida dos prejuízos causados pelo Estado angolano possa voltar a ser listada junto da SEC, inclusive em bolsa.

Apesar de já ter retomado o controlo dos edifícios que detém em Angola, na Ilha de Luanda, a empresa norte-americana lamenta continuar sem ter os títulos de propriedade que diz terem sido fraudulentamente alterados. "Sem isso estamos limitados e a qualquer momento podemos assistir a nova tentativa de ocupação", afirma Scott Mortman.

250 Moradias na Namíbia até final do ano

Apesar deste revés junto da SEC, a AFGC espera "terminar o ano com cerca de 250 moradias terminadas na Namíbia", país para o qual transferiu a sua operação após o desaire em Angola. E esta a expectativa do presidente executivo.

O modelo de negócio neste país assenta na construção a custos controlados de habitações destinadas a famílias de baixo e médio rendimentos, cuja comercialização através da subsidiária Namíbia International Capital contempla também um modelo de crédito hipotecário desenvolvido com parceiros locais.

6.3 Obras externas por concluir condicionam venda de casas

Jornal de Economia e Finanças

06 de Setembro de 2019

Texto: Adérito Veloso

O início da comercialização das casas nas centralidades do Zango o e 5, em Luanda, está condicionado pela conclusão das obras das infra-estruturas externas das centralidades sob sua gestão, bem como pela implementação de eventuais procedimentos, com impacto comercial que poderão ser definidos pelo Executivo.

Segundo avança em comunicado a Imogestín (empresa gestora dos projectos habitacionais do Estado), em respostas à informação posta a circular, que dá conta de que o início das candidaturas para a aquisição de habitação nas centralidades do Zango o e Zango 5, por via do portal, está definido para o mês de Outubro, "não foi ainda definida uma data para o início de candidaturas para a aquisição de habitação nas centralidades do Zango o e Zango 5".

O comunicado a que o JE teve acesso frisa que, "quando a data para início das candidaturas for definida, a Imogestín vai comunicar atempadamente

pelos órgãos de comunicação social e demais plataformas existentes para o efeito".

A Imogestín reitera que tem um "Call Center" disponível para prestar quais quer esclarecimentos sobre a comercialização dos projectos habitacionais do Estado em que está envolvida.

Projectos habitacionais

Várias centralidades e urbanizações estão a ser construídas pelo país pelo Estado angolano, sendo que até ao momento estão já execução os projectos das províncias de Luanda, Bengo, Cabinda, Lunda Norte, Huíla, Namibe e Benguela, com projecção para 13 províncias.

A Imogestín faz a gestão das centralidades do Kilamba, Sequele, Zango 8.000, Zango o (Vida Pacífica) e 5, urbanização KK 5.000, e Capari (ambas em Luanda, bem como a urbanização da KM 44-Bengo.

Faz ainda a gestão das centralidade do Dundo, Quilemba (Huíla), urbanização Baía Farta, Centralidade Lobito 3.000, urbanização do Luhongo, urbanização Praia Amélia, urbanização 5 de Abril e a urbanização 4 de Abril.

As centralidades permitiram a milhares de angolanos realizar o "sonho da casa própria", tendo aumentado a oferta de casas do Estado, obrigando a uma queda nos preços.

As centralidades são projectos habitacionais que contam com saneamento básico, ruas organizadas e serviços administrativos.

A tranquilidade pública é uma das vantagens mais apontadas pelos moradores residentes nas centralidades.

Diante das várias opções que o mercado tem para oferecer, a possibilidade de financiamento e a redução dos juros à habitação, as famílias só precisam de escolher com cuidado o melhor lugar para morar.

Venda de casas

Em 2014, a Imogestín assumiu o estatuto de principal gestora dos projectos habitacionais do Estado, em substituição da Sonip.

A Imogestín é uma empresa do ramo imobiliário do mercado angolano, tendo sido constituída em 1997, e iniciou a sua actividade em 1998. Dedicar-se a promoção, mediação e gestão imobiliária.

No ano de 2017 foram vendidas, através do portal de candidaturas da imobiliária Imogestim, na modalidade de Venda ao Público Livre 1.318 habitações, sendo 505 na Urbanização do KM 44 e 813 na Urbanização do Capari, tendo sido entregues na sua totalidade.

Ainda em finais de 2017, as centralidades do Zango 8.000 e Vila Pacífica, em Luanda, receberam os primeiros habitantes, com a comercialização de 2.627 habitações, sendo 70 por cento, isto é, 1.839 eram destinadas a funcionários públicos e os restantes 30 por cento, correspondente a 788 a trabalhadores de empresas públicas e privadas.

6.4 Transição para as casas sociais é um modelo para o país

Novo Jornal

06 De Setembro de 2019

Se por um lado as famílias têm sido o ponto focal das mudanças na Aldeia Camela Amões, não é menos verdade que as mudanças não estão apenas a ocorrer por estas abandonarem os casebres de adobe e de capim. Estas mudanças ocorrem também porque se está a criar uma cultura de sustentabilidade nas famílias.

A mudança para as casas sociais obedece a um processo transitório em que os responsáveis dos agregados familiares são submetidos a um período de formação intensiva sobre a nova realidade que vão encontrar nas novas residências.

Se nas cubatas estas famílias usavam lenhas e outros meios para cozerem os alimentos, quando colocados em casas sociais, os aldeões passam a enfrentar novos desafios, para isso o projecto forma estas famílias no sentido de aprenderem a lidar com a energia eléctrica, o fogão a gás, entre outros meios.

Uma equipa de profissionais ensina os habitantes como conservar estas residências, como lidar com o lixo, como usar as casas de banho, uma vez que deixam de fazer as necessidades ao ar livre e passam a usar sanitas.

Ao fim e ao cabo, passa-se por um processo evolutivo, de modo que elas possam, através dos inputs que recebem das peritas, empreender uma mudança sustentável e não deitarem a baixo todo um projecto que está a anular a presença dos vestígios de precariedade na Camela Amões.

Mesmo nas zonas adjacentes às residências, estas famílias estão a ser incentivadas a cultivar e a manter as árvores frutíferas e hortaliças.

6.5 Visite o Kifica, senhor governador

Jornal OPAÍS

06 De Setembro de 2019

Texto: Augusto Osório

Caro director do jornal OPAÍS,

Há mais de dez anos, quase quinze, que moro no Benfica, em Luanda, mais propriamente dito no Kifica, numa zona de construção dirigida. Somos muitos e construímos casas definitivas de padrão alto e médio. Na minha zona, os arruamentos foram feitos e fiscalizados pelo Estado através do Governo Provincial de Luanda, que loteou os terrenos.

Depois foi uma grande espera e uma grande luta para termos electricidade, de seguida a luta foi para termos água. Felizmente já temos a electricidade e a água que estão sempre a falhar, como em todo o país. Mas não temos iluminação pública nas ruas. Agora, e aqui não temos grades esperanças, temos o problema dos arruamentos e do saneamento. O Estado loteou os terrenos, autorizou as construções, colocou água e electricidade das rede públicas, mas não construiu os esgotos e nem asfaltou as ruas.

Estamos outra vez na Estação das Chuvas e vamos ter casas de centenas de milhares de dólares rodeadas de lama e de charcos. E de mosquitos, naturalmente. O governador provincial de Luanda, senhor Luther Rescova, sabe do que falo, pode lá voltar e ver como está o Kifica: areia, poeira, buracos e lama. É assim que vivem os seus potenciais eleitores nas autárquicas, completamente abandonados.

6.6 A fraca qualidade das casas do Panguila é uma ofensa e humilhação dos angolanos

Jornal Manchetes

19 De Setembro de 2019

Texto: Mário Cassanda

A quando da sua visita aquela província, ao município do Dande, em 2014, a antiga coordenadora do grupo parlamentar do MPLA, Luzia Inglês "Inga" manifestou a sua insatisfação em relação à pouca qualidade das obras de construção de algumas casas na localidade do Panguila.

"Estou decepcionada porque as bases de muitas casas têm pouca profundidade, por isso o Executivo está a trabalhar para melhorar a qualidade de vida do nosso

povo, mas também é preciso fazer obras com qualidade': afirmou na ocasião a ex-parlamentar do partido que sustenta o poder em Angola. Erguido em 2002, o projecto habitacional do Panguila contemplou inicialmente mil residências de dois e três quartos, para realojar as pessoas que viviam em zonas de alto risco no município da Samba. Hoje, o Panguila tem mais de 3.950 residências, congregando um total de 30.400 famílias, não só as provenientes das zonas de risco, como alguns trabalhadores do Ministério da Construção e Obras Públicas, bem como de outras pessoas que fizeram aquisição de forma individual.

Segundo consta, em 2002, houve a necessidade do Estado realizar obras de requalificação da Estrada da Samba, bem como da construção de valas de drenagem. Assim criou-se um projecto habitacional na localidade do Panguila, na altura, agregada ao município de Cacucaco, em Luanda, com o objectivo de realojar a população que se encontrava nas chamadas zonas de risco.

As casas inicialmente entregues à população não tinha os acabamentos necessários, o que levou os beneficiários a procederem aos acabamentos à sua maneira em função do bolso. Outros não fizeram rigorosamente nada, estando desde 2002 nas mesmas condições em que as receberam.

A qualidade das casas, bem como dos materiais de construção empregues, são hoje os problemas que afligem os moradores do Panguila. Algumas delas apresentam graves fissuras, com risco de desabarem. Sobre o assunto, o então director nacional das Infra-Estruturas do Ministério das Obras Públicas, José Silva reconheceu que a zona onde "estão erguidas as casas no Panguila é de argila dispersiva, o que obriga a que as fundações tenham uma característica que se adequa ao tipo do solo".

E como o mal não vem só, em Abril de 2009, aquando das chuvas que caíram sobre Luanda na altura, algumas casas do Panguila foram seriamente afectadas, com a soltura das chapas e dos varões de suporte, situação que o director nacional das Infra-Estruturas Públicas, José Silva, justificou alegando ter-se tratado de "casas inacabadas que não tinham as vigas de amarração na parte superior, o que originou a instabilidade!":

Lembrar que, a Agenda Habitat Declaração de Istambul recomenda que a habitação adequada é aquela na qual é perceptível se tratar de uma habitação sadia e segura, composta por serviços básicos e que proporcione ao morador a sensação de bem-estar e protecção. Infelizmente as casas do Panguila não dispõem destas componentes, o que

denota claramente o desprezo do Governo para com os seus concidadãos.

VIDA TRANSFORMADA NUM INFERNO

Ao invés de constituir num desafio para as famílias que deixaram as suas casas nas zonas de risco (muitas delas melhores e maiores que as que receberam), transformou-se num autêntico martírio para a maioria. O que se pretendia que fosse um paraíso passou a ser um inferno, "pela falta de dignidade que as casas oferecem, "porque até aos pobres não precisam que se lhes jogue na cara a todo o momento que o são":

Os erros de construção sobre as residências podem ser notados a olho nu, quem quer que seja. Este jornal apurou que as "moradias por serem de tão má qualidade, as fissuras que se criam sobre as paredes, em algumas delas são tão grandes e profundas que se pode divisar o que está por dentro, para além de se ouvir tudo o que se fala da casa ao lado, por mais baixinho que se fale. As fossas sépticas são tão pequenas que têm de ser desentupidas constantemente.

O analista Kuxixima Kwamy entende que o "problema não está nos chineses que construíram o referido projecto habitacional, porque estes já provaram que podem construir obras de qualidades. O problema é de quem programou, vistoriou e permitiu que se construísse aquele tipo de casas para os seus concidadãos".

RUAS DEGRADADAS

A condição das vias estruturantes da região é outro problema que aflige os moradores. Tal como afirmaram os mesmos a este semanário, "quando chove, é um Deus nos acuda", uma vez que o chão é argiloso, portanto, "é cem por cento escorregadio na época das chuvas, o que faz com que as ruas se tornem intransitáveis, quer para os transeuntes, quer para os veículos!":

De acordo com a nossa constatação, só as ruas do sector um estão asfaltadas e com os passeios devidamente pavimentados. Em Janeiro deste ano a administração municipal do Dande deu início à continuidade das obras de pavimentação e asfaltamento de quatro quilómetros de estrada e compreende igualmente a construção de passeios, lancis e trabalhos de drenagem.

As obras seriam concluídas neste mês de Setembro, desconhecendo-se os motivos do atraso, cujo orçamento estima-se em cerca de 500 milhões de kwanzas. O projecto abrange três vias estruturantes do sector um e três do Panguila e está a ser executada

por uma empresa chinesa. No entanto, os habitantes queixam-se também dos problemas de fornecimento de energia eléctrica, água potável e saneamento básico, este último, face a deficiência de recolha, faz com que se acumulam os focos de lixo por todos os cantos da localidade.

7. TERRA

7.1 A agricultura ocupa apenas 16,2% da terra arável nacional e 4,5% do total do território

Jornal EXPANSÃO

13 De Setembro de 2019

O território nacional tem uma dimensão equivalente a 124.670.000 hectares, sendo que, de acordo com a FAO, 35.000.000 ha, 28,7% do total, são terras aráveis. No ano agrícola 2018/2019, foram utilizados 5.671.261 ha, ou seja, apenas 16,2% da terra arável e 4,5% do território nacional. Houve um ligeiro aumento face à campanha anterior, mais 0,1 %, que corresponde a 6.852 ha. É importante acrescentar que desta área cultivada apenas se procedeu à recolha em 90% do total, o que significa que em cerca de 10% da área semeada, 572.647 h a, não se realizou a colheita.

A região centro do País, que abrange as províncias do Cuanza Sul, Benguela, Huambo, Bié e Moxico, é responsável por 59% da área nacional cultivada, seguindo-se a região norte, Cabinda, Zaire, Uíge, Malange, Cuanza Norte, Bengo, Luanda, Lunda Norte e Lunda Sul, com 24%, e a região sul, Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango, com 17%. Do total da área semeada, os tais 5.671.261 há, 54% foram ocupados por cultura de cereais, praticamente 21% pela cultura de raízes e tubérculos, 18,4% por leguminosas e oleaginosas, 4,2% por árvores de fruto e 2,4% pelo cultivo de hortícolas. No entanto, acrescenta-se que a área cultivada para a fileira de hortícolas aumentou, mais 2.334 hectares, o que corresponde a mais 1,8% do que existia na campanha anterior. Isto significa que os agricultores reconhecem aos hortícolas maiores potencialidades que a outras culturas.

No que se refere à agricultura familiar, esta correspondeu a 92% do total das terras cultivadas em todo o território nacional nesta campanha, cerca de 5.195.533 ha. Os projectos agrícolas empresariais representam apenas 8%, um total de 475.728 ha. Isto confirma a importância da agricultura familiar na produção agrícola nacional.

Para ter uma ideia do seu grau de desenvolvimento diga-se que o total de terras preparadas de forma manual, com o uso de enxada, foi de 3.740.784 ha, ou seja 72% do total da área cultivada, 25% foi preparada com o recurso a tracção animal, 1.298.883 ha, e apenas 3%, 155.666 ha, de forma mecânica, com a utilização de tractores. Estes são dados que precisam de ser alterados para que a nossa agricultura

familiar seja mais competitiva, tendo em atenção que o trabalho de correcção de solos é fundamental, e que apenas é feito quando as terras são preparadas por via da mecanização ou da tracção animal.

Neste ano agrícola de 2018/2019, resultado de compras de diversos factores de produção a que se somaram as disponibilidades que transitaram do ano anterior, foram distribuídos aos agricultores 46.361 toneladas de fertilizantes - NPK (26.326 ton), Ureia (10.705 ton) e Sulfato de amónio (7.330 ton) - aos quais se juntaram 51.777 toneladas de calcário dolomítico para correcção de solos. Foram distribuídas também 6.845 toneladas de sementes diversas - Milho (5.469 ton), Massango (137 ton), Massambala (137 ton), Arroz (474ton), Feijão (623 ton) e Soja (5 ton) - e 5 milhões de estacas de mandioca. Foram também entregues aos pequenos agricultores 61.418 de charruas de tracção animal e 500 pulverizadores de dorso.

7.2 Governo reconhece os imóveis da Igreja Católica

Jornal de Angola

14 De Setembro, 2019

O Governo angolano passa a reconhecer a titularidade dos imóveis da Igreja Católica em Angola, depois da assinatura ontem, no Vaticano, entre Angola e a Santa Sé, do Acordo-Quadro que prevê igualmente o reconhecimento da personalidade jurídica da denominação religiosa no país.

De acordo com uma nota do Ministério das Relações Exteriores, o instrumento jurídico foi assinado pelo ministro Manuel Augusto e pelo secretário do Vaticano para a Relação com os Estados, D. Paul Richard Gallagher.

O ministro das Relações Exteriores, Manuel Augusto, considerou que o Acordo-Quadro é um importante instrumento que contribuirá para o estreitamento e fortalecimento das relações entre o Governo angolano e a Santa Sé.

Manuel Augusto indicou que o Acordo-Quadro assenta nos princípios do reconhecimento da soberania e da independência dos Estados, tendo também em conta o imensurável serviço prestado ao longo dos anos pela Igreja Católica no domínio espiritual, moral, social, cultural e pedagógico.

“Reflecte, de igual modo, a vontade das Partes de, em conjunto, trabalharem para o bem-estar espiritual e material da pessoa humana, bem como promover o bem comum”, acrescentou o ministro.

Segundo o chefe da diplomacia, as dinâmicas resultantes do fenómeno da globalização e a necessidade de enfrentar os novos desafios delas resultantes obrigam os Estados, através dos respectivos Governos, a encontrarem respostas e adoptarem medidas que satisfaçam as necessidades e anseios das populações, particularmente a juventude.

“Estas e outras razões levaram a que a negociação do presente Acordo fosse relativamente longa no tempo e intensa na substância, o que torna a obra digna, realista e à altura dos pergaminhos desta relação multissecular”, salientou o ministro.

Manuel Augusto reconheceu o “inestimável e grandioso contributo da igreja Católica para o desenvolvimento social do país, particularmente nos domínios da Educação, Saúde e Cultura, bem como na busca da consolidação da Paz no período do conflito armado em Angola”.

O ministro realçou, sobretudo, o contributo no processo de formação moral e cívica dos angolanos, por forma à torná-los participantes activos na construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e digna.

Passo importante

Para o Cardeal Pietro Parolin, a assinatura do Acordo-Quadro constitui “um passo importante nas relações bilaterais estabelecidas em 1977 entre Angola e a Santa Sé”

“Com o acordo bilateral que hoje estamos a assinar, a Igreja Católica não pretende de modo algum obter privilégios especiais em detrimento das outras instituições ou confissões. Trata-se, simplesmente, de definir o quadro jurídico das suas actividades e das suas relações com as instituições estatais para bem, tanto dos fiéis católicos, como da sociedade inteira”, sublinhou.

De facto, o Acordo reconhece a personalidade jurídica pública da Igreja Católica e das suas principais instituições no campo civil, o livre exercício da sua missão apostólica e a sua contribuição específica nas diversas áreas da vida do país, esclareceu o prelado.

Referiu que uma vez que ambas as partes do Acordo, a República de Angola e a Santa Sé, gozam de personalidade jurídica internacional, trata-se, para todos os efeitos, de um verdadeiro e próprio acordo internacional.

“Estamos convencidos de que este Acordo-Quadro poderá reafirmar e aprofundar os laços de amizade e solidariedade entre as Partes, bem como favorecer e

promover um entendimento cordial e uma colaboração eficaz entre as Autoridades estatais e os pastores da Igreja, para benefício do bem comum de toda a Nação”, salientou.

A cerimónia foi testemunhada pela ministra da Cultura, Maria da Piedade de Jesus, a secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais, Maria de Fátima Viegas, o presidente e vice-presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), D. Filomeno do Nascimento Vieira Dias (também arcebispo de Luanda) e D. José Manuel Imbamba (igualmente arcebispo de Saurimo).

A assinatura do Acordo-Quadro aconteceu por ocasião da visita oficial de três dias do chefe da diplomacia angolana ao Estado do Vaticano. Manuel Augusto desembarcou em Roma na noite de quinta-feira, 12, tendo sido recebido pelos embaixadores de Angola na Itália e junto da Santa Sé, Fátima Jardim e Paulino Baptista, respectivamente.

7.3 Garimpeiros retornam às áreas diamantíferas na província do Bié

Jornal de Angola

16 De Setembro, 2019

Texto: José Chaves

Grupos de garimpeiros, constituídos maioritariamente por cidadãos estrangeiros, retomaram a exploração ilegal de diamantes no município de Nharea, província do Bié, um ano depois de as autoridades terem estancado o fenómeno à escala nacional, com a célebre "operação transparência".

O chefe de Departamento Provincial do Bié dos Recursos Minerais, Marcos Capata, que denunciou o facto à imprensa, disse que, em algumas áreas, os garimpeiros já têm instalados equipamentos de extracção de diamantes e o utilizam na calada da noite.

A situação, de acordo com Marcos Capata, já foi reportada aos órgãos de defesa e ordem pública.

Para combater a exploração ilegal de diamantes, o Governo lançou, em Setembro do ano passado, uma operação de limpeza às áreas diamantíferas, que culminou com a apreensão de grandes quantidades de diamantes, equipamentos de extracção e avultadas somas financeiras resultantes do negócio ilícito.

No primeiro mês, período em que a operação incidiu nos principais focos de garimpo, a operação conduzida pelas Forças Armadas Angolanas (FAA),

em coordenação com a Polícia Nacional, foram apreendidos 17.332 quilates de diamantes laboratorialmente confirmados e 1.800 pedras por confirmar.

No mesmo período, as autoridades apreenderam mais de 17 milhões de kwanzas, mais de um milhão de dólares, tendo encerrado ainda duas centenas e meia de casas de compra de diamantes.

A operação começou nas províncias do Uíge, Malanje, Bié, Cuanza-Sul, Cuando Cubango e as Lundas Norte e Sul, porque os dados em posse das autoridades indicavam que era necessário atacar lá para retornar uma certa calma no país.

Na província do Bié, a “operação Transparência” resultou no encerramento de 39 casas que se dedicavam à compra de diamantes e 12 cooperativas.

7.4 Irmã do deputado Leonel Gomes volta a mandar prender camponês no Belas

Jornal Manchete

19 De Setembro de 2019

Texto: *Moreira Mário*

Em causa, está uma parcela de terreno localizada no bairro do Matador, ao referido distrito urbano, cuja titularidade pertença ao mais velho Simão Mututi, desde 1991, onde desenvolveu durante várias décadas actividade agrícola.

Tal como atestam os requerimentos, croquis de localização e outros documentos em posse do Manchete, o espaço tem as dimensões de 100 metros por 230 metros quadrados, tendo reconhecido junto do Governo Provincial de Luanda e da Direcção Provincial de Agricultura e do Desenvolvimento Rural em 2009, e está registado sob o número 14185/2009. Mas em 2017, conforme este jornal já havia avançado numa das suas edições, surgiu a senhora Helena Leitão, também irmã do deputado da CASA-CE, Leonel Gomes, a reclamar a titularidade do espaço. Dona Helena, como é conhecida, é citada pelo camponês de estar a usar certas influências sobe auxílio do seu irmão para materializar plano de usurpar o seu terreno. Ainda de acordo com camponês, dona Helena, gozando de influências junto da administração do distrito do Morro dos Veados e da Esquadra da Polícia destacada no mesmo distrito, tem vindo a ordenar várias detenções no local, tendo uma delas culminado com a prisão e consequentemente o julgamento sumário do mais velho Simão Mututi, no dia 20 de Junho de 2018.

Mas, o juiz de direito da segunda secção da sala dos crimes comuns do Tribunal Provincial de Luanda, Adalberto Gonçalves, mandou que o réu fosse colocado em liberdade por considerar improcedente o auto de notícia que motivou o processo número 44/18.2TPLDA, em virtude dos factos nele reportados serem subsumíveis ao artigo 9.º, alínea h) da Lei 12/11, Lei das Transgressões Administrativas, e não um crime.

Enquanto o tempo foi passando, dona Helena Leitão continuou invocando ser a proprietária legítima do terreno, socorrendo-se da administração do distrito urbano do Morro dos Veados e alegadamente do tribunal.

É assim que no dia 13, mandou agentes da Polícia afecta à Esquadra do Progresso, no sentido de prender o mais velho Simão Mututi, quando, um dia antes se fez presente no local. Segundo contaram os familiares ao Manchete, "o mais velho Simão foi visitar o espaço onde permaneceu todo o dia. Como era tarde para regressar à casa, o mesmo decidiu passar a noite em casa de um sobrinho que reside a poucos metros do terreno em causa."

Ainda segundo as nossas fontes, um agente da Polícia exigiu ao camponês para subir na viatura de patrulha, informando que o acompanhasse até à Esquadra, porque alguém precisava falar com ele. Posto na Esquadra, os policiais entregaram-no um documento para assinar, assumindo que desde aquela a data ele nunca mais iria colocar os seus pés no espaço, pelo que o ancião recusou imediatamente, alegando ser o proprietário do terreno e "ninguém tinha direito de obrigar-lo assinar qualquer tipo de documento".

O mais velho Simão Mututi passou a noite na cela da Esquadra e no dia seguinte foi transferido para a Comarca de Viana. Quando os seus familiares se dirigiram à Esquadra para pedir explicações, a procuradora destacada na referida esquadra, identificada apenas de Isabel, mostrou-se surpreendida ao saber que o mais velho tinha sido encaminhado para a Cadeia de Vianda, uma vez que ela, segundo a sua versão, "não o tinha ouvido e passado autorização para a transferência do detido.

Os familiares apontam o ex-comandante da Esquadra do Progresso, conhecido de nome Assiz, de ter orientado o seu sucessor, comandante Faraó, em consonância com a dona Helena, para a detenção do mais velho Simão Mututi.

Ouvida, em contraditório, dona Helena insistiu ser a "a dona legítima do terreno": apontando a administração do distrito e o Tribunal Provincial de Luanda como os organismos que podem provar as

alegações. Assim como o seu irmão Leonel Gomes havia dito que à “administração tem documentos que atestam que a minha irmã é a proprietária legítima do espaço”.

Por sua vez a administração recusou prestar declarações via telefónica e justificou que apenas fez o seu trabalho, atribuindo a responsabilidade da prisão do camponês à Polícia local do distrito.

7.5 «Fui violada por três seguranças do Lar Patriota»

Novo Jornal

20 De Setembro de 2019

Os camponeses que reivindicam a titularidade de 309.9 hectares que terão sido expropriados pela Cooperativa Lar do Patriota descrevem o mês de Fevereiro de 2008 como o período de maior tensão nesse conflito de terra. A jovem M.L. (nome omitido por opção) guarda tristes lembranças desse período.

"A minha mãe não voltou para a casa Perguntámos às colegas o que se tinha passado e elas explicaram-nos que tinha havido confusão nos terrenos. No dia seguinte, de manhã, fui ao terreno para localizar a mãe e, infelizmente, fui surpreendida por militares. Pegaram-me e levaram-me debaixo de um cajueiro onde fui violada por três seguranças do Lar Patriota", recorda, com tristeza, a cidadã, filha de uma camponesa já falecida.

Conta que foi socorrida por um transeunte quando o quarto segurança já se preparava para a violar: "Com a ajuda de outras camponesas, pegaram o segurança e fomos até à esquadra da Fubu. Informámos o sucedido mas, infelizmente, o senhor foi solto. Vivo o trauma deste abuso até agora. O meu marido, quando se apercebeu da violação, apanhou paralisia", confidencia.

"Em Fevereiro de 2008, isso parecia guerra. Como o general Dingwanza não tinha cumprido as recomendações do partido [MPLA] e pelo Governo Provincial de Luanda de nos indemnizar ou construir casas, nós decidimos instalar-nos nos nossos terrenos. Contratámos uma construtora e começámos a construir as nossas casas. Frustrado com isso, o Lar Patriota trouxe para aqui um aparato policial que destruiu mais de 40 casas nossas. Nesse dia, houve detenções e violação", relata Santos Adão.

7.6 «Um dos cajueiros que plantei ainda está aqui, bem visível»

Novo Jornal

20 De Setembro de 2019

Adriano Cunha tem 63 anos e assume-se como um dos primeiros a frequentar o local. Afirma que, mais de 30 anos depois, ainda estão no local sinais que atestam a propriedade que reivindica.

"Eu tinha cá muitas plantações. Um dos cajueiros que plantei ainda está aqui, bem visível. Receberam as nossas terras como se não tivéssemos direitos. Meu filho, eu até muitas vezes sinto que não sou cidadão deste país", refere, com lágrimas no olho, o ancião.

Adriano Cunha afirma que guarda bem as lembranças dos limites da sua parcela e especifica que o local onde foi implantado uma escola pertencia a um dos seus irmãos.

"Essa escola aí foi construída no terreno do meu falecido irmão Domingos Cunha. Frequentámos isso durante vários anos e é difícil esquecer. Tenho dez filhos e não gostaria de morrer sem lhes deixar estas terras como herança", observa, com ares de convicção, o ancião.

Raimundo Luís é filho de uma camponesa já falecida. Aos 43 anos, Raimundo luta para recuperar a parcela que diz ter conhecido ainda pequeno.

"Saíamos do Golfe até aqui. A minha mãe tinha cá uma lavra grande e partiu sem ter conseguido reaver o seu espaço. Mas estou aqui para representá-la e, em sua memória, lutar para que consiga recuperar a nossa herança", declara.

Com o semblante carregado, questiona a presença de polícias no terreno:

"Não entendemos o motivo de instalarem aqui polícias. Temos informações que os chefes que ocuparam ilegalmente as terras dos nossos pais são que os contrataram para guardar o espaço. Mas nós estamos aqui e não vamos permitir que continuem a vender as nossas terras".

7.7 Advogada «Intentámos dois processos e até agora não há resultados»

Novo Jornal

20 De Setembro de 2019

Texto: Álvaro Victória

A defesa dos 536 camponeses da associação Ana Ndengue intentou, junto do Tribunal Provincial de Luanda, dois processos contra a Cooperativa Lar do Patriota, queixando-se de expropriação de terras.

"São dois processos que intentámos contra o Lar do Patriota. Em 2017, demos entrada de um processo na 3.ª Secção da Maianga. Trata-se de uma acção declarativa, a acção principal, intentada para poder reaver a situação do espaço, por isso é que se chama acção declarativa por forma de condenação no processo sumário, que seria uma acção célere, porque quando se pede sumário é um processo rápido, não pode durar muito tempo como está a acontecer", informa Denise de Melo.

Em declarações ao NJ, a advogada dos camponeses explica que a acção movida em 2018 refere-se a uma providência cautelar, que está na 4.ª Secção do Tribunal provincial de Luanda, no Nova Vida.

"A providência cautelar dá-nos o direito de poder protelar o espaço para que as pessoas não façam obras, e isso não está a cumprir-se em nenhum momento. Intentámos estes dois processos e, até agora, não há resultados", lamenta a causídica.

Denise de Melo recorda as tentativas fracassadas de se chegar a um acordo extrajudicial com a outra parte: "Já tentámos o contacto com o outro lado, já reunimos com a Administração [de Talatona]. Já correremos para todas as instituições judiciais, o processo já esteve na DNIAP, a DNIAP mandou para o Palácio da Justiça, no 6.º andar, o processo calhou na mão do Dr. Mizalake, que fez a apreciação. O processo também passou pela Provedoria, o Tribunal Militar também tem o domínio do assunto. Não sei aonde é que este assunto ainda não chegou".

A advogada que defende os interesses dos camponeses lembra que, na última reunião, em 2018, com a Administração de Talatona, e que contou com a presença de responsáveis da Região Militar, se ficou por produzir uma acta que iria ser assinada igualmente pelos responsáveis do Lar do Patriota para que fosse entregue aos camponeses o terreno baldio que restava.

"Nunca recebemos esta acta e o terreno continua a ser ocupado com construções. O que nos foi informado é que, ainda vivo, o senhor general terá dito que já não tinha nada a ver com o espaço em litígio. Os processos foram movidos e estamos à espera que as instituições reajam", anseia.

«O Lar do Patriota nunca indemnizou estes camponeses» Denise de Melo aproveita para reiterar que os camponeses que a Cooperativa Lar do Patriota alega ter indemnizado não pertencem à Associação de Camponeses Ana Ndengue.

"Temos ouvido dizer que houve indemnização, mas a verdade é que o Lar do Patriota nunca indemnizou estes camponeses da Ana Ndengue. Só podem ter sido outros camponeses, porque o espaço referente aos camponeses que eu defendo está bem identificado no croquis de localização e nunca foi alvo de uma indemnização. As próprias fichas emitidas pelo Lar do Patriota no cadastramento para a indemnização continuam com os camponeses", diz a advogada.

7.8 Camponeses intensificam frente para «recuperar» terras no Lar do Patriota

Novo Jornal

20 De Setembro de 2019

Ainda a longos metros de distância, vê-se um extenso terreno vedado, com alguns muros deitados abaixo. Estão aí bem visíveis os destroços que espelham a fúria do desentendimento. São marcas de mais um litígio entre muitos a que em Luanda se assiste tendo no epicentro brigas por terras.

No interior do quintalão estão dezenas de camponeses. Há cerca de dois meses que decidiram aqui acampar todos os dias. A jornada começa logo no início da manhã e estende-se até ao final da tarde.

É este o estágio de prevenção que se assumiu, à guisa de guarita para travar a marcha de venda de terrenos dos espaços virgens que ainda restam.

Interrompem uma improvisada refeição feita no local para receber, com gritos de ordem, a equipa do NJ: "Queremos as nossas terras! Abaixo a expropriação!"

As histórias, alegações e meandros são transversais a muitos conflitos do género. Este não foge à regra. São camponeses que reivindicam a posse de 309,9 hectares de terras no município de Talatona.

Grande parte destas terras que dão azo ao litígio iniciado em 2003 há muito que deixou de ser terrenos baldios. As lavras, advogam os camponeses, deram lugar a casas singulares e condomínios luxuosos.

Mas nada que colocasse um termo no conflito que opõe a Associação de Camponeses Ana: Ndengue aos mentores do projecto habitacional Lar do Patriota, que tinha à testa o recém-falecido general António Henriques da Silva «Dingwanza».

"Os primeiros camponeses chegaram aqui em 1978, cumprindo o apelo de Agostinho Neto em prol da agricultura. [Os camponeses] encontraram isso uma mata. Havia um senhor que se chamava Lucas, que foi pastor de gados pertencentes ao senhor Gomes Irmãos. Os camponeses vieram para aqui e solicitaram a cedência de terras para o cultivo. Foram-lhes dadas, a troco de bens alimentares e alguma quantia financeira, parcelas de terras. Foi assim que começaram a produzir", lembra Santos Adão, presidente da Associação de Camponeses Ana Angola, licenciada em 2008.

O "infortúnio" dos 536 camponeses surge, lembra, em 2003, no primeiro contacto com o falecido general Dingwanza.

"Quando o senhor general Dingwanza contactou os camponeses, apresentando-se como autoridade do Governo, disse que iriam instalar aqui um projecto habitacional, e por isso prometeu indemnizar os camponeses para que estes deixassem as suas terras de cultivo", relata Santos Adão.

Recorda que o que se assistiu após a cedência dos espaços foi um conjunto de "mentiras e incumprimentos" que se estendem até à data, tendo os camponeses perdido grande parte dos 309.9 hectares.

"Diante das autoridades e dirigentes do partido [MPLA], [o general Dingwanza] prometeu indemnizar os camponeses e não cumpriu. Prometeu construir casas e não cumpriu. Faleceu, mas os actuais responsáveis do Lar Patriota continuam a mostrar-se indiferentes à injustiça que vêm praticando contra os camponeses. Já se chegou a inventar que o espaço era do 1." De Agosto, tudo isso só para justificar a presença de militares no terreno. São muitas as mentiras", desabafa o líder associativo.

7.9 Em fase de reestruturação, Lar do Patriota opta pelo silêncio

Novo Jornal

20 De Setembro de 2019

Texto: Álvaro Victória

No intuito de recolher a reacção da direcção do Lar do Patriota, a reportagem do Novo Jornal deslocou-se à sede da instituição, no bairro com o mesmo nome, onde deixou ficar um documento com a exposição do assunto litigante que envolve a cooperativa e a Associação de Camponeses Ana Ndengue.

Entretanto, até ao fecho desta edição, a direcção interina do organismo que actua no segmento de habitação não havia respondido à preocupação apresentada por este semanário.

No terreno, a equipa do Novo Jornal soube que a instituição se encontra em fase de reestruturação administrativa, depois da morte, em Julho deste ano, do general António Henriques da Silva «Dingwanza», mentor da Cooperativa Lar do Patriota.

Há 18 anos, lê-se num recente artigo publicado pela agência estatal Angop, António Henrique da Silva deu a ideia da criação de uma cooperativa para a construção de casas, que hoje, sendo uma realidade, já beneficiou cerca de dois mil sócios que acreditaram no projecto Lar do Patriota.

Instalado no município de Talatona, a Sul da capital do país, Luanda, o projecto da cooperativa habitacional, recorda ainda a agência pública, começou no ano de 2001, com 28 membros fundadores, todos oficiais, antigos combatentes das Forças Armadas Angolanas (FAA), com necessidade de casa própria.

Das cinco mil casas previstas desde o início do projecto, especifica a agência Angop no artigo publicado no início de Julho último, cerca de duas mil já foram construídas e a maioria está ocupada.

7.10 Organização Humanitária Internacional insta PGR a investigar demolições em Benguela

Jornal OPAÍS

20 De Setembro de 2019

Texto: Constantino Eduardo

O director executivo da Organização Humanitária Internacional (OIH), Messelo da Silva, olha para a questão das demolições e desalojamentos com grande preocupação e insta a Procuradoria Geral da República (PGR) a investigar o caso.

"Estamos num contexto de crise.

Imagine demolir uma casa de um funcionário público, tem crianças que estudam, como é que ficam essas?" questiona.

Estão à vista mais demolições, pela Administração Municipal de Benguela, de construções consideradas "ilegais" no bairro das Salinas (R4), zona B do município de Benguela, descrito como "reserva fundiária do Estado".

O activista não entende como é que estes cidadãos, a quem a Administração se refere como "ilegais", têm documentos de titularidade, passados por aquele mesmo órgão, com os quais muitos deles construíram as suas residências.

À semelhança do que ocorreu no dia 13 de Setembro no bairro do 4 de Abril, as autoridades locais, movidas por uma acção judicial, poderão, novamente, avançar com mais demolições, apurou este jornal de fonte da Administração.

A Administração Municipal de Benguela (AMB) acusa os cidadãos de inobservância das normas e justifica que estes se terão apropriado e construído moradias num espaço não autorizado.

Terreno dos ancestrais

Os cidadãos, por sua vez, recorrendo à história, argumentam que o espaço em litígio pertenceu a seus avós, à época funcionários de portugueses salineiros.

"Os brancos queriam construir aqui um bairro para os seus funcionários. Como é que a Administração agora diz que o espaço é do Estado?", questiona uma cidadã identificada por Margarida, de um grupo de dezenas de cidadãos que têm residências no bairro das Salinas, na estrada Baía-Farta/Benguela.

Os cidadãos acusados de estarem a agir à margem das normas ostentam documentos emitidos pela Administração Municipal de Benguela.

Segundo apurou OPAÍS, inicialmente, o espaço tinha sido concedido a um grupo empresarial que pretendia desenvolver projectos no local, mas este não terá cumprido os prazos estabelecidos, por alegada incapacidade financeira.

Ante a presumível incapacidade, de acordo com as fontes, o Estado viu -se obrigado a chamar novamente para si a titularidade da parcela de terra.

Contudo, nesta altura, os cidadãos "já tinham ocupado parte do mesmo. Neste momento, há uma acção judicial a favor da Administração", disse a OPAÍS uma fonte que, entretanto, não avança data para as tais demolições.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Comuna de Namacunde à espera de furos de água

Jornal de Angola

1 De Setembro, 2019

Texto: Adelaide Mualimusi

A comuna de Namacunde, município com o mesmo nome, ainda não beneficiou do Programa de Emergência e de Combate à Seca, que o Governo leva a cabo desde Março último na província do Cunene, que prevê a abertura e a reabilitação de 180 furos de água em toda a extensão da província, para acudir às vítimas da seca, segundo a administradora comunal.

Maria Pengeipo, que falava durante a visita de trabalho de três dias, que o governador do Cunene, Vigílio Tyova, efectuou àquela localidade fronteiriça, com o objectivo de constatar o estado económico e social e as dificuldades da população, disse que uma empresa de perfuração de sondas está a proceder ao levantamento dos solos, para a abertura de novos furos e a reabilitação de outros.

Na ocasião, a administradora fez saber que a comuna de Namacunde regista 22,998 famílias afectadas pela seca, sendo que as mais vulneráveis receberam bens alimentares, em poucas quantidades, e bidões de 20 litros cada. De acordo com a administradora da comuna de Namacunde, neste momento algumas localidades beneficiam de água por meio de dois camiões cisterna, atribuídos à comuna, há dias.

Salientou que a população de muitas aldeias nunca recebeu água nem comida, por falta de vias de acesso. Maria Pengeipo pediu ao Governo local meios para a abertura de vias de acesso, de modo a aproximar outras localidades à comuna sede.

O governador do Cunene disse que a visita a Namacunde teve como objectivo obter informações do quadro actual do município, com destaque para o apoio logístico e a distribuição de água, para, em conjunto, serem encontradas soluções para minimizar os efeitos da seca.

“O Executivo traçou estratégias que visam apoiar as famílias, envolvendo vários sectores governamentais e privados”, disse Vigílio Tyova.

O governador prometeu aumentar o número de camiões cisterna, para melhorar a distribuição de água.

8.2 “Hidro-diplomacia sobre partilha da água pode evitar conflitos entre Estados”

Jornal de Angola

03 De Setembro de 2019

Texto: Leonel Massana

Uma boa “hidro-diplomacia” sobre a partilha da água pode evitar conflitos entre os diversos Estados, numa altura em que crescem receios sobre a futura “guerra”, face à escassez de recursos hídricos no mundo. Pelo menos é o que pensa o director-geral do Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH), órgão do Ministério da Energia e Águas. Manuel Quintino disse, em entrevista ao *Jornal de Angola*, que, a nível das bacias hidrográficas transfronteiriças, foram instituídas comissões de bacia, “um ente que permite criar diálogo entre países vizinhos, permitindo, assim, um clima de boa vizinhança e confiança política, que afasta eventuais conflitos por causa da água”. Manuel Quintino aborda ainda a inventariação e classificação do potencial hídrico de Angola

Qual é a estratégia para a promoção, inventariação, classificação do potencial hídrico de Angola (rios, lagoas, lagos, pântanos, nascentes, albufeiras...)?

Desde 2017 que a República de Angola possui o Plano Nacional da Água (PNA). Trata-se de um instrumento de planeamento hídrico multi-sectorial, com vigência até ao horizonte temporal de 2040. O PN Água avaliou o potencial hídrico superficial e subterrâneo do país, bem como calculou o balanço hídrico das diferentes regiões hidrográficas. É preciso explicar que o balanço hídrico é um exercício que deve ser levado a cabo com alguma periodicidade, tendo em conta a variabilidade climática, bem como os usos consumptivos e não consumptivos de uma determinada região hidrográfica.

Há programas concretos para maximizar o aproveitamento desses recursos hídricos, quando é voz corrente que Angola é dos países com mais água em África?

O Plano Nacional da Água, nas suas medidas e acções, preconiza o reforço dos sistemas de abastecimento de água, a construção de barragens, numa perspectiva de criação de uma reserva hídrica no país, a regularização de caudais e o aproveitamento das águas subterrâneas. Ligado ao PNA, encontram-se elaborados os Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos (PGDURH) das bacias hidrográficas do Cubango/Okavango, Zambeze, Cuvelai e do Cuanza.

No caso concreto da bacia hidrográfica do rio Cunene, existe um plano de utilização dos recursos hídricos, que deverá ser actualizado, seguindo-se o novo paradigma para a elaboração deste tipo de instrumentos de planeamento hídrico.

Que aproveitamento se faz das diferentes bacias hidrográficas? Quais as prioritárias, nas várias regiões, como o Norte e o Nordeste, regista muita chuva?

Uma boa questão, mas importa salientar que, de acordo com a Lei 6/02, de 21 de Junho (Lei de Águas), a bacia hidrográfica é definida como a unidade de gestão dos recursos hídricos. Para o Instituto Nacional de Recursos Hídricos, cada bacia hidrográfica apresenta as suas especificidades, mas todas elas têm a mesma relevância, quando se tem em perspectiva o planeamento e a gestão dos recursos hídricos. De todo o modo, é preciso referir que, entre as bacias hidrográficas delineadas no território angolano, destacam-se as do Cuanza, Catumbela, Cunene, Cubango, Bengo, Dande, Queve, Longa, Cuando e Zambeze, sem, evidentemente, desprimor para as outras.

Qual é o estado actual dos planos gerais de desenvolvimento dos recursos hídricos dos rios Zambeze, Cuanza, Bengo e Dande?

Na verdade, os planos gerais de desenvolvimento e utilização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas do Zambeze e do Cuanza já estão elaborados e algumas das medidas e acções estão a ser implementadas na prática. Estes dois planos de bacias hidrográficas foram apreciados durante a primeira reunião do Conselho Nacional da Água (CNA), realizada em finais de Fevereiro de 2018, e tiveram o aval deste Órgão de Consulta do Chefe do Executivo. Neste momento, aguarda-se que esses planos sejam apresentados ao Conselho de Ministros, para aprovação. Quanto ao plano geral de desenvolvimento e utilização das bacias hidrográficas do Bengo e Dande, o referido instrumento de planeamento hídrico está elaborado em cerca de 70 por cento, mas a variação cambial do kwana em relação ao dólar, verificada a partir de finais de 2014, causou a interrupção dos trabalhos, já que o consórcio de consultores começou a ter dificuldades para concluir a tarefa.

Qual é a situação do cadastro nacional dos recursos hídricos?

O Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) continua a ser elaborado pelo Departamento de Cadastros, Licenciamento, Fiscalização, Qualidade de Água e Ambiente, do Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH). Essa é uma tarefa permanente, já

que ao longo do tempo vão surgindo solicitações de licenciamento de novas captações por parte dos utilizadores de recursos hídricos.

A utilização da água pelas indústrias já tem fiscalização adequada, para prevenir eventuais casos de contaminação? Que medidas estão previstas em caso de infracção?

Devo referir que algumas indústrias, sobretudo aquelas licenciadas pelo INRH, fazem o seu autocontrolo. No entanto, existe a necessidade de um estudo pormenorizado sobre as pressões no meio hídrico, bem como a determinação de um valor para as rejeições que são feitas nas diferentes massas de água (rios, lagos, lagoas e zonas costeiras) do país.

Quais são os próximos desafios de Angola na preservação dos recursos hídricos, quando se sabe que a próxima “guerra” do planeta será por causa da água...? Há razões para algum receio, tendo em conta o nível de aproveitamento do potencial já conhecido?

Hoje, é indesmentível que a água se vai tornando cada vez mais escassa a nível global. No entanto, com uma boa “hidro-diplomacia” (a diplomacia da partilha da água), poder-se-á evitar conflitos entre os países. Essa é a razão fundamental, porque a nível das bacias hidrográficas transfronteiriças (bacias internacionais) são criadas as comissões de bacia, um ente que permite criar canais de diálogo entre países vizinhos, propiciando assim um clima de boa vizinhança e confiança política, evitando eventuais conflitos por causa da água.

Angola é um caso, digamos, “sui generis”: muitos rios, como o Cuanza, cujos recursos não divide com outro país, o que parece ser uma situação privilegiada. Qual é a estratégia para levar a água às populações a montante desses rios?

De facto, no caso de rios internos, no caso do Cuanza, há menos pressão de países vizinhos, uma vez que os recursos hídricos são na íntegra utilizados pelo país. O plano nacional da água fez uma avaliação das disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas. Portanto, é com base nas disponibilidades que são projectadas as necessidades para os mais variados sectores, incluindo as necessidades de água para as populações, que é uma grande prioridade, além da agricultura e indústria.

Com que recursos técnicos, financeiros e humanos conta o INRH para desenvolver todos os projectos?

A escassez de recursos técnicos, financeiros e humanos tem sido o “calcanhar de Aquiles” para o INRH executar as tarefas que lhe estão cometidas, com uma certa “comodidade”. Por exemplo, o nosso

quadro de pessoal prevê a existência de 130 funcionários, mas funcionamos apenas com 10, entre técnicos e administrativos. Como se poderá facilmente notar, o INRH funciona com menos de 10 por cento do pessoal necessário...É muito difícil trabalhar nestas condições.

Que parcerias nacionais e estrangeiras tem o Instituto Nacional de Recursos Hídricos, para levar a bom porto a sua actividade?

No plano interno, o INRH assinou um memorando de entendimento com o Instituto Geológico de Angola (IGEO), que tem como foco o aproveitamento das águas subterrâneas. Quanto às parcerias internacionais, no início de Julho, o INRH assinou, em Havana (Cuba), um memorando de entendimento com o respectivo Instituto de Recursos Hidráulicos, depois de, em 2012, o ter feito com o Centro Internacional de Excelência para a Gestão dos Recursos Hídricos (ICEW ar RM) da Austrália, para o aperfeiçoamento de pessoal com o nível mínimo de licenciatura. Num passado recente, o INRH manteve uma parceria com o Departamento de Geografia, da Universidade Friedrich Schiller (Universidade de Jena), da República Federal da Alemanha. Esta parceria foi desenvolvida no quadro da implementação do Projecto “The Future Okavango” (O Okavango do Futuro).

8.3 Mais de mil famílias beneficiam de água

Jornal de Angola
03 De Setembro de 2019

Mil e oitocentas famílias residentes no Distrito Urbano dos Mulenvos de Baixo, no município de Cacucaco, em Luanda, devem beneficiar, até Dezembro próximo, de água potável ao domicílio.

Segundo uma nota da Administração local a que à Angop teve acesso, as obras para a construção de 2,700 quilómetros da rede de água domiciliar e chafarizes, que transportará o líquido a partir do Tanque do Cazenga para o Distrito Urbano dos Munlenvos de Baixo, estão a ser executadas por uma empresa chinesa. Durante uma visita de campo, o administrador municipal, Augusto José, informou que a empreitada consta do projecto “Água para todos”, iniciado em 2015, indica o documento. Os moradores locais mostraram-se satisfeitos e auguram celeridade nas obras.

De acordo com Solange Miguel, naquele distrito a água foi sempre adquirida a partir de camiões cisterna. Maria Chilofila disse que sentir-se feliz por

quanto deixará de consumir água imprópria e apela, por isso maior celeridade nos trabalhos.

Segundo Simão André, é importante que a fiscalização seja presente para que se evitem falhas ou morosidade.

8.4 O desafio da água à prova das ameaças atuais

Jornal de Angola
03 De Setembro de 2019
Texto: Jonuel Gonçalves

Vasta área no sul de Angola atravessa uma forte seca desde há um ano. De facto, é a retoma de situação semelhante ocorrida recentemente, ou seja, com pequeno intervalo.

A área atingida não está oficialmente delimitada. Segundo umas fontes, abrange a província do Cunene, partes do Cuando Cubango, do Namibe e da Huíla. Outras, incluem a totalidade destas províncias e acrescentam Benguela, total ou parcialmente. Este desacordo suscita dois dados muito diferentes sobre a população de alguma forma afetada. De oitocentos e oitenta mil a dois milhões, consoante a perspectiva.

Também não há precisão no número de vítimas e prejuízos. Alguns círculos referem apenas perda de animais, num total da ordem dos trinta mil bovinos. Outros, apontam de quatro a cinco crianças que morrem de fome por dia em Angola, sobretudo nas zonas afetadas pela seca. Assim, sem se saber ao certo onde há seca e quantas pessoas estão dentro dela, é muito difícil estabelecer diagnósticos e fixar meios.

O governo angolano fez uma alocação de 200 milhões de dólares, por vezes apresentada em divisas e outras em moeda nacional. Agências da Nações Unidas são citadas como tendo prometido cerca de 465 milhões de dólares norte-americanos e o presidente da empresa namibiana de água, Namwater, ofereceu em Ondjiva, no dia 22 de agosto último, quinhentos mil dólares namibianos como ajuda de emergência, algo equivalente a trinta e quatro mil dólares US. Mesmo em moeda da Namíbia, esta doação pode ser usada diretamente, dada a existência de produtos vitais no respetivo mercado.

Ainda assim, causa alguma estranheza que uma pequena economia venha em ajuda, mesmo simbólica, de uma muito maior em volume de PIB. Mas a Namíbia tem grande interesse na normalização da situação do lado angolano, tanto mais que numa faixa do seu território também se sentem efeitos da seca. Por um lado, os pastores angolanos e

namibianos praticam transumância com os seus rebanhos, em função das disponibilidades hídricas - portanto, de pastagens. Por outro lado, barragens essenciais para o país vizinho encontram-se na margem angolana do rio Kunene: Calueque para fornecimento de água e Ruacaná para energia elétrica.

No caso concreto da água, Calueque foi concebida com uma capacidade de enviar, através do canal que liga à Namíbia, seis metros cúbicos por segundo. Altos funcionários em Windhoek disseram-me já há algum tempo que, na verdade, o volume raramente ultrapassa os três metros cúbicos.

A Namwater gere a barragem e, ao mesmo tempo, construiu um canal no seu território para abastecer um polo agrícola e algumas cidades, incluindo uma área considerável de reserva hídrica em Oshakati, e, em Windhoek, um dos melhores sistemas mundiais de reciclagem. Coisas que Angola devia ter feito também. A ausência de canais a partir dos rios da região sob seca e de reservas hídricas de segurança tornam impossível resistir ao flagelo e explicam porquê o mesmo fenómeno meteorológico tem efeitos diferentes nos dois países.

Dispositivo de emergência

Durante a visita do responsável da Namwater, autoridades nacionais mencionaram a existência dum dispositivo de emergência, compreendendo vinte camiões cisternas e quatrocentos reservatórios, bem como trabalhos de reabilitação de 171 poços de captação de água subterrânea, dados que requerem atenção. Os vinte camiões parecem pouco, considerando a extensão só da província do Cunene, a não ser que, com um grande número de motoristas, consigam fazer rotação constante.

A dimensão dos reservatórios e o seu ritmo de reposição é outro dado que não possuímos. Porém, o facto principal reside na reabilitação dos 171 poços. A sua paralização é um poderoso fator agravante do problema e corresponde à falta de manutenção de infraestruturas. Como ficaram inoperativos em número tão elevado numa região altamente sensível, tendo em conta, além disso, o investimento feito para a sua abertura?

A água subterrânea é sempre elemento central de abastecimento. À escala planetária, a água de superfície representa cerca de 1,5% do total de água doce, enquanto a subterrânea equivale a 27,5% (os restantes 71% aproximadamente estão nos gelos da Antártida). A correlação de 1 para 27 não se verifica em todas as partes do mundo, mas a configuração fluvial da região Namibe-Huíla-Cunene- Cuando

Cubango permite estimar que não deve andar longe dela.

Conforme sabemos por experiências recentes, chuvas de alguma intensidade provocam rapidamente grandes alagamentos e inundações, mesmo em Ondjiva, revelando a existência de manancial subterrâneo. De tal forma que aparecem tradições orais a designar Ondjiva como “terra cercada de água” ou “ilha”.

A reativação desses poços deixados ao abandono e a abertura de outros aparece como resposta prioritária de curto prazo. Ainda no mesmo prazo, algumas formas de adução provisória a partir dos rios são concebíveis. O seu carácter provisório pode ser visto como aplicação de capital menos adequada, mas, perante o imobilismo na matéria durante todos estes anos, a ameaça direta à vida humana e à viabilidade económica da área constitui medida justificável.

Esta adução provisória implicaria moto bombas e canalização de montagem rápida (borracha ou plástico) a partir de três ou quatro rios. Dois são permanentes mesmo de caudal baixo no momento - o Kunene e o Cubango ou Okavango. Outros dois são sazonais, na maior parte dos cursos, mas têm faixas permanentes perto das nascentes, incluindo neste caso água subterrânea a pequena profundidade - o Cuvelai e o Curoca. Isto implica desde já estudos de urgência e a criação duma Autoridade de Bacias, agrupando estas referidas e mais outras cuja viabilidade urgente seja demonstrada.

Posteriormente, a coordenação entre as quatro bacias pode dar lugar a trabalhos de regularização de caudais com pequenas represas, abertura de canais do tipo Calueque, etc. No momento, trata-se de responder a uma ameaça imediata.

Retorno das chuvas permanece incerto

O recente fórum da SADC sobre clima, realizado em Luanda, debruçou-se também sobre previsões no conjunto da África Austral e permanece muito incerta a data de retorno das chuvas. Há esperanças para a partir de outubro até abril, porém, continuar entregue à dependência de circunstâncias aleatórias é arriscar o prolongamento desta crise ou a sua renovação mais tarde ou mais cedo.

A médio prazo, o país tem de pensar numa política de água como prioridade absoluta. Nada existe sem ela. A própria vida humana, mas também a diversificação económica. Ninguém investe numa zona sem água, seja urbana ou rural.

A rede fluvial angolana possui 47 bacias hidrográficas e uma gigantesca “caixa de água” no centro do país.

Com efeito, numa relativamente pequena superfície do Bié nascem rios poderosos como o Cuanza, Kunene, Cuando e Okavango, sem contar outros, menores. Desde há muitos anos a FAO colocou Angola em primeiro lugar no potencial irrigatório africano, embora apenas um por cento desse potencial seja utilizado.

Projeções baseadas no aumento demográfico (de Engelmann & Le Roy, citadas por Leif Ohlsson) assinalam uma disponibilidade per capita anual de água em Angola no ano de 2025, em torno de 5.837 metros cúbicos. Dá quase 16 metros cúbicos per capita diário, sem contar com a hipótese da dessalinização oceânica fazer progressos consideráveis. Isto permite desenvolver agricultura de alto rendimento, sustentar as exigências dos demais setores e garantir a todo os angolanos mais que os 50 litros diários apresentados como direito mínimo de qualquer ser humano.

O ano de 2025 pode ser a referência de objetivo.

8.5 Água potável chega à comuna de Muxaluando

Jornal de Angola
05 De Setembro de 2019
Texto: Mário Clemente

Mais de 5.000 habitantes da localidade de Muxaluando, município de Nambuanguo, província do Bengo, vão beneficiar, pela primeira vez, de água potável, a partir da primeira semana de Novembro.

O facto foi anunciado durante a visita a localidade do Secretário de Estado das Águas, Lucrécio Costa, que constatou o andamento das obras.

Lucrécia Costa adiantou que o sistema de abastecimento de água vai abranger 5.000 residências, realçando que foram identificadas “ações complementares” que vão permitir o aumento de ligações domiciliárias em Muxaluando.

O secretário de Estado visitou o local onde estão a decorrer as obras de reabilitação do antigo sistema da captação de água, com capacidade de bombear 55 metros cúbicos por hora, da conduta adutora de água bruta e da Estação de Tratamento de Água.

O administrador municipal de Nambuanguo, Manuel Neto, disse que em Muxaluando os habitantes da sede comunal ainda consomem água das cacimbas e lagoas.

8.6 Privatizações vão abranger sector da Energia e Águas

Jornal de Angola
09 De Setembro de 2019

O Governo está estudar a possibilidade de estabelecer contratos de cessão de direitos de exploração e de gestão de empresas do sector da Energia e Águas, anunciou no fim-de-semana, em Luanda, o presidente do Instituto de Gestão de Activos e Património do Estado (IGAPE), Valter Bastos.

O que já pode ser considerado como dado adquirido, no universo das 21 empresas do sector da Energia e Águas, segundo Valter Bastos, é a privatização de, pelo menos, uma no quadro do processo de redimensionamento do sector empresarial público em curso.

"No sector da Energia e Águas temos uma empresa a privatizar, mas estamos a estudar com o ministério de tutela a possibilidade de estabelecer contratos de cessão de direitos de exploração e de gestão", afirmou o presidente do IGAPE.

Valter Barros falava em representação do ministro das Finanças, Archer Mangureira, na cessão de encerramento do primeiro Congresso Angolano sobre Corporate Governance (Governação Corporativa), promovido pelo Ministério de Energia e Águas, entre quinta e sexta-feira. Das 84 empresas detidas a cem por cento pelo Estado, lembrou, 21 são tuteladas pelo Ministério da Energia e Águas, todas com impacto directo na vida das populações, desde a produtora às distribuidoras de energia eléctrica, passando pela transportadora. À lista, juntam-se empresas de captação e fornecimento de água, com uma presença permanente na vida de milhões de angolanos.

Com a dimensão e a diversidade que tem neste momento, muito dificilmente o sector empresarial público poderia ser bem governado", afirmou Valter Barros. O programa de privatização, prosseguiu, "vai retirar da esfera pública o que não deve estar no sector empresarial do Estado".

Conselhos de administrações

Para as empresas públicas que subsistirem ao processo de privatizações, segundo o presidente do IGAP, vão ser necessárias reformas na governação corporativa, que passam pela revisão da composição dos conselhos de administração, critérios de nomeação, remuneração e avaliação de desempenho.

"Teremos que fazer reformas na governação corporativa das empresas públicas, para termos conselhos de administração menos passivos e mais engajados", defendeu.

Da forma como está, segundo responsável, "colocar o sector empresarial público ao serviço da economia e dos cidadãos, pondo-o a funcionar dentro das orientações estratégicas do Governo e de acordo com as melhores práticas internacionais de governação corporativa, vai exigir muito trabalho.

8.7 Seca no Cunene leva a população a vandalizar as condutas de água

Jornal de Angola
16 De Setembro, 2019

A seca, que a província do Cunene vive desde Outubro de 2018, está a provocar a vandalização, por desconhecidos, das condutas de transportação de água potável, da comuna do Xangongo, no município de Ombadja, à cidade de Ondjiva (Cuanhama).

De acordo com a Angop, que cita o director municipal da Energia e Águas do Cuanhama, Ernesto Saugesapwano, a prática tem a ver com o facto de as comunidades em volta não estarem a beneficiar da água da conduta que passa ao lado das suas casas e de os chafarizes e furos estarem distantes

“Para se ultrapassar essa situação, a Administração Municipal está a reabilitar os chafarizes construídos ao longo da conduta, no âmbito do programa de emergência, que contempla 34 furos de água (avariados ou entupidos) no Cuanhama, sete dos quais já a funcionar”, reportou.

A província do Cunene vive, desde o mês de Outubro de 2018, uma acentuada seca, com 880.172 pessoas e um milhão de animais de pasto afectados. O fenómeno já causou a morte de 30 mil animais bovinos, caprinos e suínos, e tem-se agravado diariamente.

O Governo disponibilizou 20 camiões cisternas e 400 reservatórios, em vários pontos, para facilitar a distribuição de água às vítimas. Em paralelo, está em curso a reabilitação de 171 furos, uma média de 28 por cada um dos seis municípios. Igualmente, o Executivo disponibilizou 3,9 mil milhões de kwanzas para a aquisição de bens diversos e está prevista a implementação de vários projectos de longo prazo.

8.8 Habitantes de Cacuale têm mais água potável

Jornal de Angola
17 De Setembro, 2019
Texto: Venâncio Victor

Ao todo, dois mil habitantes do sector do Cacuale, na comuna do Bembo, no município de Kangandala, em Malanje, contam, desde sexta-feira, com mais água potável, com a entrada em funcionamento de um sistema de captação, tratamento e distribuição, a partir do rio Cuki, inaugurado pelo governador Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”.

A infra-estrutura, com capacidade para bombear dez mil litros por hora e com um reservatório, vai servir também os habitantes do sector e bairros periféricos de Kangandala, como Mucumbi, Chacamar, entre outros. O soba de Cacuale, Miranda Gonçalves, disse no acto de inauguração que o sistema de captação e distribuição vai minimizar o sofrimento da população, que era obrigada a percorrer cerca de cinco quilómetros em busca de água, que a retirava directamente do rio Cuki.

No âmbito das comemorações do 17 de Setembro, Dia do Herói Nacional, o governador inaugurou uma esquadra da Polícia na comuna do Bembo, onde reuniu-se ainda com as autoridades tradicionais, as quais entregou uma gama de bens de primeira necessidade

8.9 Distribuição de água chega a mais bairros

Jornal de Angola
18 De Setembro de 2019
Texto: Mário de Carvalho e João Constantino

A segunda fase dos trabalhos para o abastecimento de água à cidade do Cuito, província do Bié, arrancou com a construção de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição no rio Cuquema.

A infra-estrutura, com capacidade para bombear 648 metros cúbicos por hora, vai servir também bairros periféricos.

O director do Gabinete Provincial de Serviços Técnicos e Infra-estruturas, Abel Guerra, recordou que, no âmbito do abastecimento de água à cidade, já foram feitas 1.500 ligações domiciliárias nos bairros Militar, Jele, Azul 1 e 2. “As obras estão bastante

avançadas e já foram efectuados alguns ensaios no sistema de bombagem de água bruta para a zona de tratamento. A empresa chinesa contratada para o efeito está a trabalhar na instalação de equipamentos electromecânicos”, afirmou.

O responsável informou que, nos próximos meses de Outubro e Novembro, quando o projecto estiver concluído, serão realizadas mais cinco mil ligações. Ainda este ano, adiantou Abel Guerra, serão feitas igualmente o mesmo número de ligações na periferia da cidade, à luz de um outro projecto enquadrado no Programa de Expansão da rede de Água, fruto de uma parceria entre o Governo Provincial e o Banco Mundial.

Contador Pré-pago

A Empresa de Águas do Bié está a colocar contadores pré-pagos em residências na cidade do Cuito

8.10 Zenza e Zage já têm água potável

Jornal de Angola

20 De Setembro, 2019

Texto: Venâncio Victor

Ao todo, dois mil habitantes das localidades de Zenza e Zage, no município de Massango, província de Malanje, consomem desde quarta-feira água potável, com a entrada em funcionamento de um sistema de captação, tratamento e distribuição, a partir do rio Muhunga, inaugurado pelo governador, Norberto dos Santos “Kwata Kanawa”.

O equipamento tem capacidade para bombear cerca de 10 mil litros de água por hora, e um reservatório de 244 metros cúbicos. As obras, que tiveram a duração de três meses, a cargo da empresa Mertil, comportam quatro chafarizes de sistema combinado, que integra lavandarias e chuveiros, segundo o director de obras da empresa executora, Nelson Travasso.

O empreiteiro anunciou, para breve, a inauguração de outros sistemas de distribuição de água na cidade de Malanje, mais concretamente nos bairros Camibafu, Carianga, Kulamuxito, e na comuna de Sautar, município de Quirima, a 310 quilómetros da sede da capital.

O governador Norberto dos Santos “Kwata Kanawa” disse que a população já não vai percorrer mais dois quilómetros em busca de água potável. “A partir de agora o sofrimento acabou. A água potável

está próxima das residências, portanto, ninguém tem de fazer mais longas caminhadas para obter água”, frisou.

“A população tem de estar vigilante para evitar o vandalismo dos bens públicos, como escolas, postos de saúde, entre outras infra-estruturas”, acrescentou o governante.

8.11 Localidades do Cuanhama têm mais água à disposição

Jornal de Angola

29 De Setembro de 2019

Texto: Elautério Silipuleni

As comunidades das localidades de Efimalimwe, Outokelo, Onanghema, Ombudu-Mutwima e Ehafo, nas comunas da Môngua, Ondjiva, ehone e Evale, município do Cuanhama, Cunene, deixaram de percorrer longas distâncias à procura de água, com a inauguração de cinco pequenos sistemas de captação, totalmente reabilitados, no quadro do Plano de Emergência para mitigar os efeitos da seca que assola a província.

Os cinco sistemas de captação de água têm capacidade para bombear três mil litros por hora e vão beneficiar perto de duas mil pessoas, em cada localidade.

Segundo o administrador adjunto do Cuanhama, Edson Soares, a recuperação dos furos de água está inserida no Programa de Emergência para minimizar os efeitos da seca. Acrescentou que, desde o início do projecto de reabilitação dos furos de água inoperantes, já foram entregues às comunidades 12 sistemas, dos 34 previstos para o município.

Edson Soares disse que a situação das famílias no município é muito crítica, por causa da seca, que causa enormes dificuldades no acesso à água para o consumo humano e para o gado. O administrador municipal adjunto do Cuanhama disse que as condições estão preparadas para a recuperação de outros furos de água, para que a população e o gado, principalmente nas áreas mais afectadas pela seca, deixem de percorrer longas distâncias.

“Dos 34 furos de água por reabilitar nove são do tempo colonial e não estão em condições de serem reabilitados, mas, porque se encontram em zonas onde o lençol freático é muito alto, estamos a pensar em abrir novos furos”, afirmou Edson Soares.

A Administração Municipal, ainda de acordo com Edson Soares, pretende, no decorrer deste mês de

Setembro, fazer a entrega de mais seis furos de água reabilitados, sendo três na comuna da Môngua, dois no Evale e um no Nehone. A Administração está, igualmente, a proceder a reabilitação de chafarizes e de sistemas de água para os animais. Garantiu que a Administração Municipal quer maior dinâmica na recuperação de furos de água em todas as comunas, visando minimizar os efeitos da seca prolongada que se regista na província do Cunene.

O administrador Edson Soares apelou aos empreiteiros que estão a fazer este trabalho, a concluir as obras dentro dos prazos contratuais.

Camiões cisterna

Para atenuar os efeitos da seca, o município do Cuanhama conta com cinco camiões cisterna, de 20 mil litros cada, bem como cinco tractores, com pipas de água atreladas, e reservatórios colocados em pontos estratégicos das cinco comunas, para distribuição de água às populações.

A reabilitação dos furos de água inoperantes, em todas as comunas do Cuanhama, está orçada em 3,9 mil milhões de kwanzas, disponibilizados pelo Executivo, no âmbito do Plano de Emergência de combate à seca e à fome, que permitiu adquirir, para o município, diversos bens e realizar várias acções viradas ao apoio às pessoas afectadas.

8.12 Acima de metade da população com acesso difícil à água potável

Jornal de Angola

23 De Setembro, 2019

Texto: Carlos Paulino

Mais de metade dos cerca de 320 mil habitantes da cidade de Menongue e arredores da capital do Cuando Cubango têm dificuldades de acesso à água potável, devido a paralisação do projecto de expansão da rede de distribuição e ampliação do sistema de captação.

O responsável da área Técnica da Comissão de Gestão do Sistema de Água no Cuando Cubango, Rodrigues Bongue, explicou que o projecto de construção da central de captação, tratamento e distribuição de água à cidade de Menongue compreende duas fases: a primeira foi inaugurada em 2015 e a segunda aguarda pelo enquadramento financeiro para o seu arranque.

Rodrigues Bongue disse que a central de captação, tratamento e distribuição foi projectada para bombear 11 mil metros cúbicos de água, mas, como a

segunda fase ainda não arrancou, a mesma só tem disponíveis oito mil metros cúbicos por dia, quantidades consideradas irrisórias para satisfazer a procura.

Realçou que os oito mil metros cúbicos de água potável colocados à disposição dos consumidores estão a beneficiar apenas a população que vive na zona baixa da cidade de Menongue, porque os equipamentos instalados não possuem potência suficiente para bombear para os utilizadores que residem em áreas altas, que já beneficiaram das ligações domiciliárias, na primeira fase do projecto.

Além destes constrangimentos técnicos, acrescentou, há também a questão dos bairros periféricos de Menongue, que continuam a crescer, assim como o número de consumidores, razão pela qual, actualmente, a direcção local das águas é obrigada diariamente a fazer restrições no fornecimento de água.

Salientou que a central foi construída para atender pouco mais de duas mil ligações domiciliárias e 100 chafarizes públicos. Acrescentou que actualmente já foram feitas cerca de cinco mil ligações domiciliárias cadastradas e construídos 75 chafarizes, que estão operacionais.

Rodrigues Bongue disse que os oito mil metros cúbicos de água que a central produz diariamente não permitem atender toda a população ao mesmo tempo e por este motivo estão a ser feitas restrições, para que ninguém fique sem água, durante o dia.

“Se não fizermos esta gestão, o nosso reservatório, que tem capacidade de armazenar seis milhões de litros de água, ficaria todos os dias vazio e não teríamos como abastecer, embora com algumas restrições, a cidade de Menongue e os bairros periféricos”, sublinhou. Rodrigues Bongue recordou que na parte leste da cidade de Menongue, com realce para os bairros Pió, Kwenha, Paz, Novo, Futungo, Popular, Cazenga, Benfica, Lumeta, Kamungamba, Sacampoco, Mabaia, Senga e Savipanda, os habitantes continuam sem o abastecimento de água potável, porque não existem condições para a expansão da rede de distribuição.

Sublinhou que para inverter o actual quadro, o ideal seria o reforço da capacidade de produção de pelo menos 20 mil metros cúbicos de água por dia, tendo em conta o crescimento exponencial que se regista nos últimos tempos na cidade de Menongue e bairros periféricos.

Fez saber que actualmente 60 por cento da população da cidade de Menongue e bairros periféricos ainda não têm acesso ao fornecimento de água potável,

situação que tem obrigado muitos habitantes a consumir água tirada directamente de rios, cacimbas e riachos.

Rodrigues Bongue anunciou que existe um projecto a nível do Ministério da Energia e Água para o aumento da produção e expansão da rede de distribuição de água potável em Menongue e que a sua materialização vai permitir à capital do Cuando Cubango ter níveis aceitáveis de cobertura.

“Neste momento, aguarda-se apenas pelo enquadramento financeiro para que este projecto possa ser executado o mais breve possível, no sentido de dar resposta à actual procura por parte dos consumidores na cidade de Menongue e bairros periféricos”, concluiu Rodrigues Bongue.

8.13 Abastecimento de água potável pode melhorar

Jornal Economia e Finanças
06 De Setembro de 2019

Cerca de 5.000 habitantes da localidade de Muxaluando, município de Nambuangongo, na província do Bengo, vão beneficiar de água potável, com a conclusão das obras do projecto de reabilitação da captação existente.

Segundo uma nota do Ministério da Energia e Águas, o secretário de Estado para as Águas, Lucrecio Costa, acompanhado pelo vice-governador do Bengo, Domingos Guilherme, visitaram, na passada segunda-feira, as obras de reforço de abastecimento de água da região, que terá a uma capacidade de 55 metros cúbicos por hora (m³/h).

O projecto terá uma conduta adutora de água bruta em de 160mm, com cinco quilómetros (km) de extensão. A delegação governamental visitou ainda a estação de tratamento de água dimensionada para 50 m³/h, 5,15° km de rede de distribuição em Pead, u ligações domiciliárias, 50 ligações por torneiras de quintal e 6 chafarizes.

No final da visita, revela a fonte, Lucrecio Costa e sua comitiva mantiveram um encontro de auscultação sobre o avanço da obra, deixando igualmente algumas orientações e recomendações.

Estiveram presentes na referida visita, directores nacionais, assessores, consultores do MINEA, administrador da Empresa Pública de Águas de

Luanda (EPAL), responsáveis da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPAS), além de responsáveis do governo provincial do Bengo, administrador municipal do Nambuangongo, técnicos, entre outros.

O município de Nambuangongo tem como sede a vila de Muxaluando. Até 2014, o município tinha 61.024 habitantes. E composto pelas comunas de Cage, Canacassala, Gombe, Muxaluando, Quicunzo, Qf xicoe Zala.

8.14 Empreendedorismo no lixo é um negócio sustentável

Jornal de Angola
09 De Setembro de 2019
Texto: Armando Estrela

O quarto maior negócio do mundo - a reciclagem do lixo - continua a ser desperdiçado em Angola, tanto pela iniciativa pública, quanto pelos privados, que devem gerar mais formas de se fazer dinheiro e criar outras oportunidades de emprego, se tido em conta esse sector bastante volátil e economicamente sustentável, cuja actividade apenas se resume na recolha e no tratamento de resíduos.

Para mostrar esse valor aos angolanos, a Embaixada de Cuba em Angola reuniu, há alguns dias, em Luanda, no Centro de Imprensa Aníbal de Melo, especialistas dos variados sectores económicos do país, entre eles a bióloga Esperanza Justiz Silva, que falou sobre os resíduos e sua gestão, enquanto tema de alta prioridade a nível mundial e uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento e para a sustentabilidade dos ecossistemas.

“A reciclagem se mostra de extrema importância, não só para a preservação do meio ambiente, mas para alavancar a economia e os diversos sectores da sociedade”, sublinhou a bióloga.

Ao dissertar em torno do tema “Reciclagem, valor económico, ideias e oportunidades”, Esperanza Justiz Silva trouxe para a percepção nacional angolana questões sobre a própria reciclagem, a sua reutilização, os indicadores dos países que mais reciclam e seus benefícios, a reciclagem como empreendedorismo, a experiência de Cuba e ideias de negócios com reciclagem e as oportunidades existentes no país.

Segundo a bióloga, a reciclagem tem de ser vista, prioritariamente, como um elemento de controlo da contaminação ambiental, já que dados do Banco Mundial mostram que, só em 2012, a população

urbana produziu 1.300 milhões de toneladas de resíduos sólidos e espera-se que essa cifra ascenda a 2.200 milhões em 2025. A cada ano, perdem-se mais de 2.120 mil milhões de toneladas de resíduos, quantidades que, se colocadas em camiões, dariam a volta ao mundo 24 vezes. Esperanza Justiz Silva dá conta de que, actualmente, nas grandes cidades, já começou a verificar-se falta de espaço destinado a depósitos de lixo e de outros dejectos produzidos pela sociedade.

Ganhar dinheiro com o lixo

Para a bióloga Esperanza Justiz Silva, há em Angola uma escassez de investimentos na indústria de reciclagem. Conforme apontou, o país deve olhar para a reciclagem como um bom espaço de empreendedorismo, sobre o qual há uma forte oportunidade de negócio bastante sustentável. Essa oportunidade excelente de criação de postos de trabalho pode ser experimentada, segundo Esperanza Justiz Silva, com a abertura de uma distribuidora de lixo reciclável, com a prática de artesanato com material reciclável para ganhar-se dinheiro, com a montagem de uma empresa de reciclagem (exemplo de reciclagem de vidro) ou de um “disk caçamba” (aproveitamento de entulhos ou lixo gerado pela construção civil).

Princípios e gestão

Nessa experiência para um novo negócio, a bióloga Esperanza Silva apontou a gestão de resíduos industriais, através da utilização do material na própria indústria ou a venda para outras empresas que necessitam de um determinado insumo, a reutilização de pneus, a compostagem ou tratamento de lixo orgânico e a reciclagem de óleo usado na cozinha para a produção de sabão. Do seu ponto de vista, para se alcançar o empreendedorismo nas questões de reciclagem, aconselha-se, acima de tudo, uma educação pública sólida sobre as questões ambientais e investimentos em programas de incentivo à reciclagem. Adicionalmente, a especialista aconselha o reforço das leis sobre gestão e controlo de lixo (já que em muitos países a reciclagem é lei e se o cidadão não respeita as regras incorre em multas) e, também, políticas que permitam que aqueles que geram resíduos paguem pelos volumes produzidos, além da componente participação e responsabilização compartilhada das instituições educacionais e das empresas na gestão de políticas de reciclagem e de educação ambiental.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), os países que mais reciclam resíduos no mundo são Alemanha,

Coreia do Sul, Austrália, Eslovénia, Bélgica, Suíça, Holanda, Suécia, Luxemburgo, Islândia, Dinamarca e o Reino Unido. Sozinha, a Alemanha recicla 65 por cento dos resíduos sólidos urbanos, enquanto os demais países reciclam 90 por cento dos resíduos do sector de construção civil. A Suécia é tão eficiente na reciclagem, que quase 100 por cento do lixo que produz é reaproveitado, ao ponto de importar lixo. Estados Unidos, China, Índia e Brasil são os maiores produtores de lixo plástico no mundo, em torno de 11 milhões de toneladas. Na Finlândia, são recicladas nove de cada dez garrafas plásticas usadas e quase 100 por cento das garrafas de vidro achadas como resíduos.

Entretanto, a reciclagem do alumínio economiza 95 por cento do custo de energia para se produzir alumínio novo. Desde 2005, os moradores de Nova Iorque são obrigados a reciclar os seus aparelhos electrónicos ou pagar uma multa de 100 dólares por peça. O mais curioso é que a quantidade de latas e garrafas de refrigerante dispensada num ano pelos norte-americanos é suficiente para se chegar e voltar da Lua 20 vezes.

Desafio

Hoje, o acúmulo de lixo tornou-se um dos maiores desafios da maior parte dos países do mundo, já que todos os anos são atirados para o mar seis milhões de toneladas de resíduos, na sua maioria plásticos, enquanto milhares de criaturas marinhas morrem ao comer sacos plásticos, em lugar de água viva. Esperanza Silva considera preponderante o despertar do espírito de reciclagem no subconsciente de cada angolano, tendo como ponto de partida a necessidade de cada um perceber que reciclar uma tonelada de papel economiza 2,5 mil litros de petróleo, 26,5 mil litros de água e evita o derrube de pelo menos 17 árvores.

Além disso, diz a bióloga, é importante interiorizar que um simples saco de plástico demora entre 500 a mil anos para se degradar, o vidro leva um milhão de anos a desfazer-se, enquanto reciclar uma tonelada de papel evita a morte de 40 árvores adultas.

A experiência cubana

Cuba tem como um dos pilares da sua economia o capital humano e possui uma experiência em gestão e aproveitamento de resíduos que data do ano de 1961. Consta que a 7 de Novembro desse ano foi criado em território cubano a primeira indústria de reciclagem, com a finalidade de substituir as importações e obter receitas mediante a exportação de alguns desses desperdícios, que não podiam ser reutilizados no país. Com a sua política no sector de resíduos, Cuba conseguiu recuperar matéria-prima que lhe permite poupar 15 milhões de dólares no OGE (Orçamento

Geral do Estado). Adicionalmente, na Ilha está em vigor uma lei (Lei nº 1288) que obriga as entidades estatais a examinar os desperdícios da produção e entregá-los à empresa encarregue pelo seu tratamento. No total, Cuba tem uma rede de 312

centros de compra de produtos recicláveis. À procura do incremento do valor acrescentado dos resíduos recicláveis, em Dezembro de 2012, o Governo cubano aprovou uma política para o incremento da reciclagem de matéria-prima. Com isso, o território gera, todos os anos, dois milhões de toneladas de resíduos passíveis de reciclar, incluindo resíduos sólidos urbanos. Deste número, somente são recuperados à volta de 320 mil toneladas. No ano passado, Cuba introduziu a venda de 182 toneladas de plástico triturado. Trinta toneladas de vidro moído, cinco mil metros de mangueira, 12 mil unidades de produtos plásticos e 15 mil dispositivos são fabricados com vidro reciclado. Em linhas gerais, a matéria-prima cubana é adquirida pelas grandes indústrias siderúrgicas, pela empresa Inox e por outros segmentos de cabos eléctricos e telefónicos. No entanto, muita criatividade e inovação cubana é derivada do bloqueio que o Governo norte-americano lhe impõe, com a indústria a produzir açúcar, bebidas alcoólicas, energia alternativa, contraplacados, ração animal e papel e o sector dos transportes a optar pela reutilização de pneumáticos, para galvanizar o turismo e o transporte público.

8.15 Sambizanga mobiliza moradores voluntários para limpar o distrito

Jornal de Angola

21 De Setembro, 2019

Texto: Analtino Santos

O Distrito Urbano do Sambizanga abraçou a iniciativa do Dia Mundial da Limpeza, que acontece hoje, numa actividade de escala global, soube o Jornal de Angola de fonte da organização.

A campanha, que espera mobilizar dez mil voluntários, está a ser feita junto de associações da sociedade civil, empresas, comissão de moradores, igrejas e cidadãos.

O porta-voz do projecto, Arnaldo Machivene, afirmou que o Governo Provincial de Luanda (GPL) e o Ministério do Ambiente também abraçaram a iniciativa.

A Associação Animar e a Administração do Distrito Urbano do Sambizanga, disse, pretendem instalar ecopontos em determinadas zonas e não se limitarem apenas à recolha de resíduos. Entre as actividades a

acontecer, o destaque vai ainda para os cursos de orientação ambiental para voluntários, grupos de acção social e a sociedade civil.

A inclusão do Distrito do Sambizanga é o resultado de uma parceria assinada entre o administrador Tomás Bica, o vice-presidente da ANIMAR, Arnaldo Machivene, e o representante do projecto Let's do it Angola, José Borborena.

Comemorado mundialmente no terceiro sábado de Setembro, como forma de chamar a atenção para os problemas do consumo e descarte de resíduos e respectivo impacto na saúde e no meio ambiente, o “Dia Mundial da Limpeza” uniu, no ano passado, mais de 17 milhões de pessoas, em 159 países, para limpar as cidades simultaneamente.

Em Angola, o movimento Let's do It! iniciou no ano passado, com a limpeza da Praia Amélia, no Distrito da Samba, de onde foram retiradas 30 toneladas de lixo, com o apoio de 120 voluntários. Ainda em 2018 todos os países uniram-se para a realização do Dia Mundial da Limpeza.

O Let's do It Angola é uma plataforma que junta Organizações Não-Governamentais, igrejas e empresas comprometidas com a causa ambiental.

8.16 Jovem apoia captadores de lixo

Jornal O PAÍS

20 De Setembro de 2019

O projecto destina-se a melhorar a vida dos aptadores de lixo, evitando que recolham os resíduos sólidos dos contentores sem qualquer protecção para a saúde, correndo o risco de adquirir doenças graves.

Miguel Almeida frisou que o projecto surgiu depois de ter visto várias vezes crianças, adultos e portadores de deficiência entre os contentores de lixo a recolher latas e garrafas de plástico.

Esclareceu que está a cadastrar os captadores de lixo de forma a desenvolverem a actividade com protecção e sem riscos, oferecendo um salário mensal de 30 mil Kwanzas.

A recolha dos resíduos sólidos será feita nas residências de forma grátis, sendo que o interessado poderá ligar para o número 930304395 ou acessar as páginas www.facebook.com/angolatas ou www.facebook.com/angobidões.

Os resíduos sólidos recolhidos serão vendidos às empresas de reciclagem, obtendo-se daí o valor a pagar mensalmente aos trabalhadores.

Duas semanas depois da entrada em acção do projecto, conta já com seis captadores de lixo inscritos e a trabalhar.

9. AMBIENTE

9.1 Combate à seca: as falácias de um paradigma

Novo Jornal

06 De Setembro de 2019

Texto: Adriano Gomes

A secas estão presentes como metáfora do castigo divino nas mitologias grega e romana e na generalidade dos textos sagrados, desde a Bíblia ao Corão. Na antropologia não faltam os exemplos de civilizações primitivas que celebravam cerimónias específicas para pedir a chuva depois de longos períodos sem ela. Estes rituais, que reflectem a realidade das sociedades rurais, completamente dependentes dos recursos naturais, ainda hoje são extensamente praticados. De uma forma simples, a seca pode ser definida como sendo o fenómeno que ocorre naturalmente quando a precipitação registada é significativamente inferior aos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afecta negativamente os sistemas de produção dependentes dos recursos naturais. Situações de seca podem arrastar a conjunturas de desastre, podendo paralisar a produção agrícola, esgotar as pastagens, provocar instabilidade nos preços dos alimentos, colocar em perigo a segurança alimentar e, nos casos mais extremos, conduzir à inanição e morte de pessoas e animais. Os impactos da seca difundem--se por áreas geográficas mais amplas comparativamente a outros desastres naturais, característica que dificulta o desenvolvimento de estimativas precisas, confiáveis e atempadas da sua severidade e, consequentemente, a formulação de planos de contingência apropriados.

A seca tem tanto componentes naturais como sociais. O risco a ela associado para determinada região é o produto da exposição desta ao evento e da vulnerabilidade da população local. A exposição à seca varia no espaço geográfico e pouco, ou mesmo nada, pode ser feito para impedir a sua ocorrência. Em contrapartida, a vulnerabilidade é determinada por factores humanos e sociais como características demográficas, práticas de produção, políticas de desenvolvimento, comportamento social, etc. Estes factores variam ao longo do tempo, pelo que a vulnerabilidade das populações pode aumentar ou diminuir em resposta a essas variações. Secas subsequentes na mesma região podem ter diferentes impactos conforme as mudanças que, entretanto, possam ter ocorrido nas sociedades locais. As sociedades rurais do Sul caracterizam-se pela sua alta adaptabilidade aos ecossistemas locais e grau de

resiliência à seca. Contudo, esta resiliência vem-se reduzindo progressivamente conduzindo ao aumento da vulnerabilidade destas populações, facto demonstrado pelo actual episódio de seca, pelo que se torna imprescindível conhecerem-se as causas conducentes a este facto, por forma a inverter-se a situação.

As acções governamentais para mitigação dos impactos da seca em Angola têm privilegiado fundamentalmente aspectos emergenciais e assistencialistas, enquadrados no denominado 'combate à seca', faltos de um planeamento estratégico bem estruturado. As diversas acções aparecem como actos de bondade, mantendo as comunidades locais sem vez e sem voz, dependentes. A ausência de uma estratégia abrangente de gestão da seca a longo prazo faz com que todos os esforços se baseiem sobretudo na entrega de ajuda de emergência pós-desastre e não na construção proactiva de resiliência. Para além deste tipo de ajuda deve ser colocado ênfase em tornar as comunidades locais mais resilientes e sustentáveis. Para se atingir isso é necessário mudar o paradigma das actuais abordagens, essencialmente reactivas, para um paradigma direccionado para a construção e reforço da resiliência a nível local. Efectivamente, muito pode ser feito para reduzir a vulnerabilidade das comunidades à seca através de um planeamento proactivo de preparação e resposta ao evento.

A cada período de forte estiagem, centenas, senão milhares de famílias que vivem no Sul não conseguem satisfazer as suas necessidades de acesso à água e a alimentos básicos. Contrariamente ao que é vulgar afirmar-se, as causas desta realidade não podem ser creditadas apenas às contingências do ambiente e das populações locais. Elas são, sobretudo, de natureza política e estrutural. O Sul do país é uma região multiforme tanto no que diz respeito a ecossistemas, como no referente às populações e seus meios de vida. A província do Cunene, tal como a do Namibe e grande parte das províncias de Huíla, Cuando Cubango e Benguela, estão integradas no que podemos designar, para maior facilidade, de semiárido angolano, embora muitas áreas possuam características áridas, sobretudo na província do Namibe. Toda esta região é caracterizada pela imprevisibilidade da chuva e muita variabilidade no crescimento vegetativo, conduzindo a ambientes altamente dinâmicos. É comum afirmar-se que não chove o suficiente, que há falta de água e que este é o maior problema da região. Essa é uma verdade relativa, pois existem diferenças marcantes do ponto de vista da precipitação anual de uma área para outra. Ademais, embora se saiba que a pluviosidade se concentra em apenas um (curto)

período do ano, não existem processos adequados de retenção/armazenamento de água a nível familiar e de comunidade. Ou seja, desperdiça-se quase toda a água das chuvas.

Em lugar do modelo emergencial-assistencial que vem sendo seguido, deve-se optar por um paradigma de 'convivência' com o semiárido, de promoção do desenvolvimento sustentável desta importante região do país, no sentido da melhoria das condições de vida e promoção da cidadania, por meio de iniciativas socioeconómicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais. Essa convivência com o semiárido deve articular diversas dimensões de intervenção social, cultural, ambiental, económica e política. A dimensão cultural deve valorizar os saberes locais e contextualizar os processos de ensino-aprendizagem à realidade local. À dimensão económica compete priorizar alternativas de produção apropriadas às condições edafoclimáticas da região. As iniciativas de produção e distribuição das riquezas devem ser sustentáveis e inclusivas, com a democratização do acesso aos meios necessários à produção. A dimensão ambiental implica a recuperação e conservação dos ecossistemas presentes devendo as tecnologias e práticas de gestão dos recursos naturais serem apropriadas e terem em consideração as potencialidades e fragilidades ambientais. Adicionalmente, a convivência com o semiárido requer o fortalecimento da sociedade civil e a participação do cidadão na formulação de políticas públicas apropriadas que contribuam efectivamente para o desenvolvimento das comunidades locais.

9.2 Seca no Cunene leva a população a vandalizar as condutas de água

Jornal de Angola
16 De Setembro, 2019

A seca, que a província do Cunene vive desde Outubro de 2018, está a provocar a vandalização, por desconhecidos, das condutas de transportação de água potável, da comuna do Xangongo, no município de Ombadja, à cidade de Ondjiva (Cuanhama).

De acordo com a Angop, que cita o director municipal da Energia e Águas do Cuanhama, Ernesto Saugesapwano, a prática tem a ver com o facto de as comunidades em volta não estarem a beneficiar da água da conduta que passa ao lado das suas casas e de os chafarizes e furos estarem distantes

“Para se ultrapassar essa situação, a Administração Municipal está a reabilitar os chafarizes construídos

ao longo da conduta, no âmbito do programa de emergência, que contempla 34 furos de água (avariados ou entupidos) no Cuanhama, sete dos quais já a funcionar”, reportou.

A província do Cunene vive, desde o mês de Outubro de 2018, uma acentuada seca, com 880.172 pessoas e um milhão de animais de pasto afectados. O fenómeno já causou a morte de 30 mil animais bovinos, caprinos e suínos, e tem-se agravado diariamente.

O Governo disponibilizou 20 camiões cisternas e 400 reservatórios, em vários pontos, para facilitar a distribuição de água às vítimas. Em paralelo, está em curso a reabilitação de 171 furos, uma média de 28 por cada um dos seis municípios. Igualmente, o Executivo disponibilizou 3,9 mil milhões de kwanzas para a aquisição de bens diversos e está prevista a implementação de vários projectos de longo prazo.

9.3 Exploração desenfreada de madeira prejudica produção de mel no Moxico

Jornal de Angola
17 De Setembro, 2019
Texto: Garrido Fragoso

A exploração indiscriminada de madeira por grupos de cidadãos organizados ou isolados “prossegue a ritmo bastante acelerado”, na província do Moxico, denunciou, na cidade do Luena, o bispo da Diocese daquela cidade do Leste do país.

“Confirmando a continuação desta prática ilícita na província do Moxico”, declarou D. Jesus Tirso Blanco, salientando que o facto é notório, sobretudo, no município dos Bundas, onde se observam estaleiros com muita madeira acumulada, e constantemente camiões a transportar grandes toros.

“Na minha recente visita ao município dos Bundas observei o transporte de toros, bem como uma grande quantidade de madeira acumulada em estaleiros, sobretudo localizados à saída da localidade de Luiana para Lumbala Nguimbo (sede do município dos Bundas)”, afirmou. A denúncia do bispo católico foi feita sexta-feira à imprensa, no final do encontro entre o Presidente da República e organizações da sociedade civil da província, na Casa da Cultura do Moxico, arredores da cidade do Luena.

Tais práticas decorrem aos olhos das autoridades da província. D. Jesus Tirso Blanco disse que “mesmo na cidade do Luena observamos constantemente a saída de camiões com madeira”. Acrescentou que o

mais grave é que em nenhum desses lugares de corte e exploração ilegal de madeira está a ser feita a reposição das árvores abatidas.

A exploração indiscriminada de madeira no Moxico já mereceu da parte do Executivo a tomada de medidas severas. Ainda assim os malfeitores insistem em tais práticas, que comprometem, sobretudo, o meio ambiente.

Como medidas para conter a desertificação na região e evitar até as ravinas, sobretudo nas áreas de abate, o bispo católico defendeu a reposição ou rearboreização em espaços idênticos afectados pelos cortes indiscriminados.

Para D. Jesus Tírso Blanco, a comercialização oficial de madeira explorada na província deve ser feita apenas no Moxico, para que as fábricas de produção de mobiliários possam garantir emprego aos jovens locais.

Lembrou, com alguma nostalgia, o facto de actualmente no Moxico ser um pouco difícil o cidadão conseguir tábuas para o fabrico de mobílias, quando antigamente nesta província fabricavam-se tacos de madeira e mobílias invejáveis.

Produção de mel

O produtor de mel do município dos Bundas, Luciano António, contou que em anos anteriores, quando o abate indiscriminado de árvores para produzir madeira era feito à luz do dia pelos chineses, “a mando dos senhores bem identificados pela sociedade”, os níveis de produção de mel haviam baixado.

“Os chineses pulverizavam com um produto químico e bastante tóxico as árvores para afugentar as abelhas, que constituíam empecilho à sua actividade”, disse Luciano António, acrescentando que nem as árvores contendo colmeias eram poupadas.

Desde que o Executivo decretou medidas severas contra os infractores, as abelhas, aos poucos, estão a regressar às colmeias e hoje a produção de mel aumentou consideravelmente, referiu.

Apelo aos jornalistas

Aos jornalistas, D. Jesus Tírso Blanco pediu maior intervenção na investigação de factos incomuns, que ocorrem em toda a extensão da província.

A exemplo do abate ilegal de árvores para produzir madeira, o bispo católico também denunciou a morte de milhares de pessoas no sul da província, por falta de alimentos. “Fui testemunha deste facto em aldeias

que visitei”, disse o bispo, que não mencionou o nome das localidades. Referiu que “existem nestas áreas pessoas que estão a trocar um saco de fuba por um boi”.

“A Comunicação Social deve, com toda a liberdade, transmitir esses factos”, reafirmou, tendo em seguida defendido com alguma urgência a reabilitação das estradas para garantir a circulação de pessoas e bens entre a sede capital da província, os municípios, comunas e aldeias. É sua opinião que, numa primeira fase, as vias rodoviárias sejam apenas terraplanadas, tendo em conta os poucos recursos financeiros do país.

No domínio da educação defendeu a criação de condições para a instalação de professores nas localidades recônditas. Mas alerta, desde já, que aos mesmos deve ser atribuído um subsídio de isolamento, duas a três vezes superior ao salário de um professor colocado numa área urbana.

Na comuna de Cangumbe, uma localidade não muito distante da sede capital da província, D. Jesus Tírso Blanco disse que existem apenas cinco escolas e que noutras localidades alguns cidadãos leccionam de forma voluntária, porque raramente se apercebem da realização dos concursos públicos.

A merenda escolar nas zonas rurais da província deve ser obrigatória, segundo o bispo católico. Justificou a medida com o facto de nestas áreas não existir produção suficiente de alimentos, nem condições adequadas que permitam às famílias cultivarem a terra e ao mesmo tempo alimentarem os filhos.

Segundo D. Jesus Tírso Blanco, as medidas aplicadas ao sector da Educação devem também ser observadas no da Saúde. Moxico é a maior província do país, com uma área de 223.023 quilómetros quadrados e uma população estimada em 854.258 habitantes, distribuídos em nove municípios.

I0. EXPLORAÇÃO MINEIRA

II. MIGRAÇÃO

12. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

12.1 Angola e China renovam acordo no sector da Saúde

Jornal de Angola
5 De Setembro, 2019
Texto: Edna Dala

Os Governos de Angola e da China assinaram, ontem, nas instalações do Ministério das Relações Exteriores, em Luanda, um protocolo de cooperação para o envio, ao país, de uma equipa de dez médicos chineses.

A renovação do protocolo, que acontece periodicamente a cada dois anos, foi assinado pelo secretário de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Vieira Lopes, e pelo embaixador da China em Angola, Gong Tao. O grupo de médicos chineses chega a Angola nos próximos dias, em cumprimento da 5ª edição do protocolo, cuja primeira assinatura aconteceu em 2006.

Os médicos, que vão prestar serviços no Hospital Geral de Luanda até ao ano 2021, são especialistas em cirurgia geral, pediatria, cardiologia, neurologia, ortopedia, análises clínicas, acupunctura e farmácia.

O protocolo estabelece que os encargos salariais e de viagens internacionais de ida e volta dos médicos serão da responsabilidade do Governo chinês.

No fim do encontro, o secretário de Estado das Relações Exteriores considerou que a cerimónia marca o excelente nível em que se encontram as relações entre Angola e a China. Domingos Vieira Lopes realçou o facto de o país asiático estar sempre pronto a assistir Angola no sector da Saúde, tendo lembrado que a construção do Hospital Geral de Luanda é resultado de uma doação do Governo chinês.

Além disso, acrescentou Vieira Lopes, desde a sua construção, aquele estabelecimento hospitalar tem beneficiado de ajuda medicamentosa, equipamentos médicos e de apoio médico. O embaixador chinês revelou que, até ao momento, cerca de 200 mil cidadãos angolanos foram atendidos por médicos chineses. Gong Tao informou ainda que, nos últimos 10 anos, já passaram por Angola cinco equipas de médicos chineses, totalizando 70 especialistas.

Gong Tao sublinhou que o acordo de cooperação na

área da Saúde não se limita apenas ao Hospital Geral de Luanda. O diplomata garantiu que durante a sua missão vai continuar a fazer o possível para contribuir para um maior estreitamento das relações entre Angola e China.

12.2 Guerra comercial EUA-China prejudica diversificação em Angola e na Nigéria

Jornal EXPANSÃO
06 De Setembro de 2019

Os esforços da diversificação económica em Angola e na Nigéria estão longe de dar resultados e os esforços dos dois países para alargar os seus produtos de exportação estão postos em causa pela guerra comercial entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China, defendeu esta semana a consultora EY.

"A evolução da Nigéria e Angola continua demasiado dependente dos preços do petróleo, e apesar dos preços terem registado uma tendência de crescimento face à primeira metade do ano, os esforços de diversificação destes países ainda são demasiado prematuros para terem já algum efeito de compensação da descida", lê-se num relatório da consultora EY sobre o fluxo de investimento directo estrangeiro em África.

No documento apresentado no início do Fórum Económico Mundial, que decorreu na Cidade do Cabo, na África do Sul, considera-se que a situação é problemática, "numa altura de crescentes tensões comerciais, com a batalha entre os Estados Unidos e a China a levar provavelmente a mais fracas perspectivas de evolução económica e a uma redução do comércio entre África e os seus principais parceiros".

O relatório, que dá conta de um abrandamento do crescimento económico da África subsaariana este ano, de 3,8% em 2018 para 2,6% em 2019, o que é largamente explicado pela evolução das economias da Nigéria, Angola e África do Sul, que em conjunto representam mais de metade da riqueza desta região, cerca de 800 mil milhões USD.

"Angola continuou em recessão, regredindo 1,7% no ano passado, o crescimento da África do Sul foi de apenas 0,8%, enquanto a Nigéria, em comparação, foi mais robusta, com uma expansão de 1,8%", aponta-se no relatório.

12.3 12 médicos chineses reforçam o Hospital Geral de Luanda

Jornal de Angola

11 De Setembro de 2019

Texto: Fula Martins

O Hospital Geral de Luanda foi reforçado, ontem, com 12 médicos de nacionalidade chinesa, de várias especialidades, para dar resposta às grandes endemias que chegam, diariamente, à unidade sanitária

O reforço dos médicos nos hospitais do país surge no âmbito do acordo de cooperação entre os Governos de Angola e da China. Deste grupo, constam médicos de cirurgia geral, pediatria, cardiologia, neurologia, ortopedia, analista de laboratório, acupunctura e farmacêutico, além de um cozinheiro e um intérprete. Os médicos, que se encontram no país desde Junho último, fazem parte do quinto grupo de especialistas chineses.

O director do Hospital Geral de Luanda, Carlos Zeca, considerou uma mais-valia a presença dos especialistas chineses que muito vão contribuir para a assistência médica da população.

Carlos Zeca reconheceu que a ajuda chinesa é vista como um acto de humanismo porque, argumentou, os encargos salariais e as viagens são da responsabilidade do Governo chinês.

Além de prestarem assistência, os especialistas chineses vão, igualmente, dedicar-se à formação de profissionais angolanos, no sentido de colmatar os défices em várias áreas da medicina. O responsável lembrou que o Hospital Geral de Luanda resulta de uma doação do Governo chinês, daí ter enaltecido a prontidão deste grupo de médicos. “Desde a construção do hospital temos beneficiado de ajuda medicamentosa e equipamentos médicos”.

O primeiro grupo de médicos chineses que prestam serviço no Hospital Geral de Luanda chegaram a Angola em 2009. Ao todo, incluindo os 12 que ontem entraram em acção, perfazem 58 especialistas, que oferecem serviços nas várias especialidades.

A estatística indica que desde 2009, os especialistas chineses realizaram mais de 194 mil consultas.

Localizado em Camama, o Hospital Geral de Luanda é a maior obra doada pelo Governo chinês. A unidade sanitária dispõe de equipamentos e aparelhos modernos e tem capacidade para atender, diariamente, 800 pacientes.

Hospital reage a informação

A directora clínica em exercício do Hospital Geral de Luanda, Evelise Wakavinde, contrariou as informações do cidadão Vladimiro Gongá postadas nas redes sociais e no site Maeimba Siluto, alegando ter sido mal atendido por um enfermeiro estagiário na ausência do médico.

Evelise Wakavinde esclareceu que o cidadão deu entrada no hospital no passado dia 29 de Agosto, pelo Banco de Urgência de Medicina, “com estorrico de fraqueza e muito debilitado” e foi atendido por uma equipa médica.

Disse que após o diagnóstico clínico, que confirmou o “estado avançado da diabetes”, foram prestados os primeiros socorros e, posteriormente, transferido para a sala de Cuidados Intermédios onde reagiu satisfatoriamente.

A também responsável pela área dos Cuidados Intermédios do HGL negou que o médico assistente do paciente em causa tenha estado ausente durante uma semana, mas considerou normal um paciente ser atendido por um outro profissional.

“Não é necessário que um doente seja atendido apenas pelo médico titular, porque, para além do que acompanha o paciente existem outros profissionais para o efeito”, argumentou. Evelise Wakavinde considera estável o actual estado do paciente Vladimiro Gongá.

O paciente Vladimiro Gongá, que é músico do estilo reggae, encontra-se na cama 12 da sala dos Cuidados Intermédios. Ao *Jornal de Angola*, o cantor admitiu que está a evoluir satisfatoriamente. Relativamente às informações postas a circular nas redes sociais, o paciente considerou um acto de especulação que visa buscar dividendos e criar intrigas. “Os artistas adoecem e as pessoas usam as redes sociais para especular, inclusive solicitam apoio financeiro, quando na verdade não passa de mentira.”

“No meu caso, todas as informações são especulação”, disse, agradecendo a direcção e à equipa médica do hospital o carinho e o tratamento a que está a ser submetido.

12.4 China investiu no país mais de 20 mil milhões

Jornal de Angola

11 De Setembro de 2019

Texto: Faustino Henriques

O investimento directo da China no mercado angolano já ultrapassou os 20 mil milhões de dólares

e a dívida angolana baixou de 23,2 mil milhões, em 2017 para 22,8 no ano passado, revelou ontem, em Luanda, o embaixador da China em Angola, Gong Tao.

Durante a conferência de imprensa para abordar as relações entre Angola e a China, os acontecimentos em Hong-Kong e a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, o diplomata disse que a China é o maior parceiro comercial de Angola e, no continente africano, Angola é o segundo maior parceiro do seu país.

“Até ao ano passado, mais de 50 por cento do investimento directo em Angola foi feito por empresas chinesas, de acordo com os dados divulgados pela Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX)”, explicou o embaixador da China em Angola.

Gong Tao lembrou que a China foi o primeiro país a responder positivamente às solicitações feitas pelas autoridades angolanas, pouco depois do alcance da paz, em 2002, para o processo de reconstrução nacional. E para traduzir em números, Gong Tao frisou que, com a cooperação do seu país, foram recuperadas mais de 2.800 quilómetros de ferrovias, mais de 20 mil quilómetros de estradas, acima de 100 mil habitações e seis mil construções que envolvem escolas e centros hospitalares.

O embaixador chinês, que está em Angola desde Março, destacou os esforços de Angola na diversificação da economia, sobretudo na dinamização do sector produtivo para reduzir a excessiva dependência externa em matéria de bens de primeira necessidade.

“A China encoraja as autoridades angolanas a prosseguir na via das reformas e deseja aumentar o seu contributo no processo de industrialização e diversificação da economia”, assegurou o diplomata da segunda maior economia do mundo. Gong Tao disse que as empresas e os produtos angolanos na China são bem-vindos, tendo destacado o que na sua opinião foi “uma boa recepção do sumo e cerveja “Made In Angola” no mercado chinês.

Quando solicitado para pronunciar-se sobre as condições de financiamento e as garantias dadas pela China, o embaixador disse: “as modalidades de financiamento e as formas de liquidação são feitas através de diálogo e concertação entre os Governos, entre as instituições bancárias e não por imposição de uma das partes, como às vezes é mal entendida”. Sobre os números concretos da dívida, os juros e as modalidades de pagamento, Gong Tao disse que “o importante é entender que tudo quanto foi negociado

obedeceu a acordos e compromissos, baseados no respeito mútuo, na não ingerência nos assuntos internos e na reciprocidade de vantagens”.

12.5 Zonas mineiras buscam parceiros chineses

Jornal de Economia e Finanças

13 De Setembro de 2019

Texto: Isaque Lourenço

A terceira do total de cinco apresentações previstas sobre o concurso de atribuição de direitos mineiros acontece, segunda-feira, 16, no Hotel Hilton de . Beijing, na China.

O roadshow do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo prossegue, depois de ter estado, no passado dia 10 no Dubai, tendo antes iniciado as apresentações no Epic Sana, em Luanda.

Depois da China, isto nos dias 20 e 30, a comitiva vai para Londres (Inglaterra) e Nova Iorque (Estados Unidos).

Tais concursos visam a prospecção e exploração de diamantes, ferro e fosfatos, nas províncias angolanas de Cabinda, Cuanza Norte, Lunda Norte, Lunda Sul e Zaire.

De acordo com o Mirempet, tratando-se de actos públicos, aos mesmos podem inscrever-se e participar empresas nacionais e estrangeiras, embaixadas, bancos, câmaras de comércio e indústria, associações profissionais e outras entidades com interesse nas concessões mineiras em concurso, bastando para tal a inscrição em "concursopublico2019@mirempet.gov.ao" ou directamente no local da realização de cada evento.

A par do concurso para os diamantes, o Mirempet leva, igualmente, nesse período, mas com datas diferentes, o concurso para exploração de novas bacias petrolíferas nas províncias de Benguela e do Namibe.

O momento está a servir para a apresentação do potencial geológico de cada um dos blocos a licitar, todo o enquadramento legal, fiscal e contratual inerente à participação no processo. Decorrente disso, é expectativa dos promotores que se consigam bons projectos dos investidores privados para lhes ser outorgada as referidas concessões postas em concurso público, pela primeira vez.

Já no sector dos petróleos, a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), concessionária nacional diz que estão estimados um

total de sete (7) bilhões de barris de hidrocarbonetos como a quantidade de ouro negro em reservas nos dez (10) blocos das bacias marítimas, em licitação nas províncias de Benguela e Namibe. Houston, Londres e Dubai serão os pontos de amostra no exterior.

12.6 Angola realiza hoje roadshow na China

Jornal de Angola

16 De Setembro, 2019

O Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos cumpre hoje, na China, a segunda etapa da apresentação, no estrangeiro, das cinco minas de ferro, fosfatos e diamantes, que vai submeter a concurso público internacional para atribuição de direitos de prospecção e exploração.

Em exposição estiveram as minas de Kassala-Kitungo (Cuanza-Norte), com depósitos de ferro, do Lucunga (Zaire) e Cácatas (Cabinda), ricas em fosfatos, e as de Tchitengo e Camafuca-Camazambo (Luanda-Norte) com grandes reservas de diamantes.

O primeiro roadshow (apresentação técnica) no estrangeiro teve lugar no dia 12 deste mês no Dubai, numa cerimónia à qual afluíram 76 individualidades, em representação de 21 empresas e instituições financeiras daquele país.

Na cerimónia de abertura, o ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino Azevedo, disse que Angola tem vindo a tomar medidas legais, cambiais, migratórias e outras, para melhorar o ambiente de negócios e tornar mais atractivas as condições para o investimento estrangeiro no sector mineiro.

“O Governo está a implementar com o apoio técnico do Fundo Monetário Internacional, um Programa de Estabilidade Macroeconómica, que tem permitido reduzir a taxa de inflação e a diferença entre a taxa de câmbio informal e oficial, bem como estabilizar as taxas de juro dos títulos e das reservas internacionais”, sublinhou, o governante.

O objectivo, prosseguiu, é edificar uma economia baseada num crescimento forte e sustentado, acabando com a grande dependência do país em relação ao petróleo, como principal produto de exportação.

O próximo e último roadshow no estrangeiro acontece 30 de Setembro, em Nova Iorque.

12.7 China e Angola, "eternos amigos"

OPAÍS

27 De Setembro, 2019

Texto: Domingos Bento

Antes vinham a conta-gotas. Hoje, são aos milhares os chineses que escolheram Angola para viver.

A língua não constituiu barreira para as mulheres e homens chineses que, dado o elevado tempo que vivem em Angola, têm o país como verdadeira segunda pátria. E, no seio dos angolanos, apesar das diferenças físicas, sentem-se em família.

Como apurou o OPAÍS, muitos, inclusive, abdicaram de alguns princípios da cultura oriental para viverem como verdadeiros angolanos. Vagueiam pelos bairros, dançam kuduro, apreciam a cuca, gostam de funje e não dispensam o ritmo quente do Semba.

Outros até reforçaram o laço de amizade para ligações de sangue, amantizando ou casando com angolanas. Muitos destes, inclusive, renunciaram os próprios nomes em mandarim para adoptarem apelidos em português como João, Manuel, Pedra e outras denominações, o que torna a relação com os angolanos mais próxima ainda.

A grande maioria dos cidadãos chineses que vivem em Angola, são empresários e empreendedores. Por esse motivo, são eles os responsáveis pela abertura de mais de 1 milhão de postos de trabalho directos para cidadãos nacionais nas áreas de construção civil, comércio, agricultura e indústria, conforme dados da Associação dos Chineses em Angola, a principal plataforma de congregação da comunidade. A cifra de postos de trabalho que estes cidadãos proporcionam aos angolanos já foi maior. Mas, nos últimos anos tem vindo a decair, na sequência do encerramento de muitas empresas, em função da crise económica que o país vive.

Porém, os que insistem a continuar a viver e a investir em Angola fazem - no na esperança de dias melhores, como afirmou Zhang Guotão, residente em Angola há 27 anos.

O empresário, mais conhecido por Mister Jonsy, disse que, ao longo desses anos de vivência no país, regressou à China apenas cinco vezes por compreender que, hoje Angola representa a sua segunda terra, que nos últimos anos o acolheu de braços abertos e proporcionou um ambiente para que

se pudesse transformar num empresário de sucesso. Quando chegou ao país, em 1992, Zhang Guotão trabalhava num escalão de base numa empresa de construção civil. Dada a sua dedicação e empenho, granjeou a confiança dos patrões que o apoiaram e hoje é proprietário da BAMA, a maior empresa chinesa de alto padrão no ramo do mobiliário.

Zhang Guotão, que actualmente emprega um efectivo de 150 angolanos, disse que das vezes que regressou à China sentiu saudades enormes de Angola e teve de regressar o mais rápido possível, por já não conseguir viver distante do país.

"Gosto muito da comida, das pessoas e das festas. Os angolanos são nossos irmãos. Já não consigo viver sem eles. Sempre me trataram muito bem e é por isso que sou grato a esse país, por tudo o que hoje conquistei", reconheceu.

Zhang Guotão disse que a família (mulheres e filhos) viviam cá, mas tiveram de regressar à China devido a questões de ensino. Conforme explicou, o ensino da cultura chinesa até ao ensino fundamental é de carácter obrigatório no seu país.

Por esse motivo, viu-se obrigado a enviar a mulher para Pequim, a fim de cumprir os procedimentos legais. "Mas tão logo a criança termine a formação, eles virão. Não tenho planos de voltar a viver na China. A minha vida será feita toda aqui em Angola".

Fazer por Angola

Outro cidadão chinês que não pensa regressar ao seu país é Bao Minamzm, que disse sentir-se bem em Angola desde a primeira vez que "pisou cá os pés", há 12 anos.

O jovem, director de relações públicas de uma empresa chinesa, disse que a língua e a diferença de culturas nunca constituíram barreiras para se impor e ganhar a vida em Luanda.

Apesar da abismal diferença entre Pequim e Luanda, no que diz respeito ao saneamento, qualidade de vida, saúde e educação, ainda assim preferiu Angola para viver e desenvolver. Bao Minamzm, a primeira vez que escalou Luanda criou uma empatia muito grande, que até hoje constitui factor para continuar a viver cá e contribuir para o desenvolvimento da cidade e do país.

"O princípio da educação chinesa não é esperar. É contribuir com o pouco que se tem para ajudar no crescimento da China. E é desta forma que vivo em Angola. Não esperar que o país me dê, mas procuro contribuir,

oferecendo emprego e ajudando as pessoas", explicou.

É preciso mais segurança

Um dos males que afectam a comunidade chinesa em Angola é a falta de segurança, conforme reconheceu Duo Qingkum, residente em Angola há sete anos.

O empresário do ramo de importação de viaturas pesadas disse que a comunidade chinesa em Angola, apesar da abertura e da vivência, é bastante desprotegida, tornando-se numa presa fácil para os agentes do crime.

Por causa desta desprotecção, Duo Qingkum fez saber que muitos chineses acabaram regressando para a China, o que torna a comunidade mais diminuta e os investimentos mais reduzidos.

"Há muita perseguição contra os chineses. Temos conversado com o nosso embaixador e com as autoridades angolanas para nos protegerem mais, apontou.

O benefício da crise

A meio a crise económica que o país enfrenta, Duo Qingkum, que emprega perto de 200 trabalhadores nacionais, defende a abertura dos bancos e das instituições financeiras a privilegiarem o sector empresarial, por ser este capaz de reanimar a economia nacional.

No entender de Duo Qingkum, o grande benefício que a crise trouxe é a valorização da mão-de-obra angolana, que durante muito tempo foi completamente ofuscada pela estrangeira.

Conforme explicou, com a dificuldade dos empresários em enviar dinheiro para China, hoje é convergente que a apostar na mão-de-obra nacional, sobretudo no capital jovem, acaba sendo mais barato, por não exigirem muitos custos.

"Hoje estamos a apostar mais nos angolanos. Grande parte dos empresários chineses estão a trabalhar com um elevado número de angolanos e os custos têm sido menores. A ideia é continuar, está muito difícil conseguir divisas para pagar um chinês", notou.

12.8 Estou cá há cinco meses e não recebi queixas sobre obras

OPAÍS

Texto: Dani Costa

27 De Setembro de 2019

Chegou numa época de transformações políticas em Angola. Há um novo Presidente da República e, certamente, há na relação com a China também um novo impulso. Como está a relação entre Angola e a China?

Muito obrigado pela sua visita à Embaixada da China para fazer uma entrevista. Realmente, tenho um grande prazer de reunir consigo e com o jornal OPAÍS, porque sei que é um jornal muito importante na mídia angolana. Já fizeram bons e importantes trabalhos para divulgar ao público angolano a imagem da China e as relações entre a China e a Angola, de cooperação nas diversas áreas. Por isso, aproveito esta oportunidade para agradecer por todos estes trabalhos preciosos que OPAÍS já tem feito para as relações sino-angolanas.

Mas como estão as relações entre os dois países?

Temos feito uma análise geral das relações bilaterais. Realmente, cheguei a Angola como novo embaixador chinês no passado mês de Março. Já se passaram mais de cinco meses. Andei a trabalhar todos os dias pelas nossas relações bilaterais, tanto a nível político, visitas mútuas, como cooperações económicas e comerciais em diversos sectores. E também tenho feito muitos contactos com a sociedade angolana e a comunidade chinesa que aqui vive e trabalha. Sinto-me feliz por poder estar cá e servir as nossas relações bilaterais, que são sólidas, fortes e benéficas para os nossos dois países e povos.

O nível destas relações tem vindo a melhorar?

A China e Angola são dois países amigos, dois países em vias do desenvolvimento. Estabelecemos as relações diplomáticas em 1983, então, faz hoje mais de 36 anos. Depois, no ano 2010 as duas partes estabeleceram uma parceria estratégica. Entretanto, ao longo destes 36 anos de relações diplomáticas, as relações bilaterais sempre mantêm um ritmo de desenvolvimento rápido e sem sobressaltos. Especialmente as cooperações de benefícios mútuos entre os dois países, vão sempre a frente. E estão na primeira ma das relações entre a China e os países de África. Actualmente, a China é o maior parceiro comercial de Angola. E Angola é o segundo maior parceiro chinês no continente africano. No ano passado, o Presidente João Lourenço efectuou duas

visitas à China, uma por ocasião da Cimeira FOCAC, em Beijing, e outra para uma visita de Estado. Então, encontrou-se por várias vezes com o Presidente Chinês, Xi Jinping. Os dois chefes de Estado encontraram novos rumos e deram novas orientações para as relações e cooperativas para as próximas fases num nível estratégico.

Entretanto acho que os dois países vão abrir novos capítulos nas nossas relações em base de igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento em conjunto. Actualmente, tanto a China como Angola estão a trabalhar em conjunto para concretizar as conclusões e consensos obtidos na passada cimeira do FOCAC, em Pequim. Estamos a fazer uma maior contribuição e convergência entre iniciativa chinesa 'faixa e rota' e estratégia de diversificação económica de Angola. Para fazer a nossa cooperação mais forte, eficaz e competitiva, e assim servir, da melhor maneira, os nossos dois países. Ou seja, actualmente, a economia chinesa entrou numa nova fase, uma fase em que procura crescimento com mais qualidade, em vez de mais quantidade. O crescimento económico do PIB da China não vai voltar para os anos anteriores com dois dígitos.

Por exemplo, nos últimos tempos a taxa de crescimento da China é 6,5 por cento ou até 7 por cento. Então, nós dedicamos mais importância para o consumo, para o mercado interno, para a ciência e tecnologia, assim como o investimento estrangeiro. Em vez de depositarmos muito esforço só na nossa exportação aos mercados internacionais mo. No caso de Angola, também está a entrar numa nova fase de desenvolvimento com o novo Governo. Na área política há o combate contra a corrupção, que está a dar resultados positivos, e é aplaudido pela população. Também está a fazer reformas e aberturas nas áreas económicas e sociais. Por exemplo, para a diversificação da economia e atrair mais investimentos estrangeiro, com a criação de um ambiente melhor e mais confortável para os investidores estrangeiros, estão a aprovar vários códigos sobre investimento privado e estrangeiro. Há poucos dias lançaram o processo de privatização das várias empresas do Estado. Estas novas medidas do novo Governo estão a chamar a comunidade internacional para mais atenção às possibilidades que Angola pode oferecer para a cooperação com outros países. Evidentemente, a China também.

Durante o encontro que houve há poucos dias na Universidade Católica falou do interesse de algumas empresas chinesas aproveitarem o processo de privatização em curso. As empresas vão participar neste processo com base numa nova linha de pensamento, tendo em conta o período que Angola vive?

Não devemos dizer as coisas desta maneira. Primeiro, há uma política de privatização que sai do Governo angolano para elevar a eficácia destas empresas. Para criar mais riqueza, aumentar a produtividade e diminuir o peso do Estado na economia nacional. É uma tendência ou uma reforma que tem a ver com uma linha de se construir uma economia de mercado. Também foi isso que a China fez há 40 anos. Tivemos que construir esta economia de mercado. Portanto, se estas privatizações são viáveis, acho que a comunidade internacional está a guardar pelos pormenores a serem divulgados. As empresas chinesas estão a acompanhar o processo de privatização e vão ter a sua participação caso reunirem as condições, o que vai dar um novo impulso nas cooperações bilaterais.

Sabe que o Presidente de Angola, João Lourenço, admite que tem ideias reformistas semelhantes às de Deng Xiaoping?

O que se passou na China foi 40 anos de continuadas reformas e abertura ao exterior. Nunca pararam os nossos passos para reformas económicas e aberturas. Acho que agora Angola está a deixar a sua dependência do petróleo, que é o seu recurso principal produto, e está a apostar na indústria, agricultura, pesca, turismo e exploração dos minerais. Está a fazer bom uso dos recursos naturais, sociais, económicos que o país goza da sua abundância e adoptar uma nova filosofia de economia de mercado, e assim conseguir uma maior mobilização social com a participação da população na economia. Assim, será possível criar riquezas e empregos.

O mesmo acontece para eventuais investimentos estrangeiros. Se notarem um bom ambiente de negócios aqui em Angola, realmente, também vão trazer investimentos, fábricas, mercados e, evidentemente, mais oferta de empregos, o que vai favorecer o desenvolvimento económico e social de Angola.

Quais são as principais áreas de interesse dos investidores chineses?

São iniciativas privadas de empresas chinesas. Eles sabem o que rende mais e quais são os projectos de investimento que vão dar mais benefícios. Vamos observar estas tendências de uma maior adesão dos empresários chineses para investirem em Angola. Há empresários que investiram em fazendas nas províncias do Huambo, Malanje, que têm terrenos muito concentrados e boas condições para a agricultura. Mas estes investimentos vão levar algum tempo para dar resultados, porque a agricultura é uma longa cadeia de produção. Precisa de tempo para

levar a bons resultados. Na área da indústria de transformação, há novas fábricas chinesas para a produção de liga de alumínio. A CITIC, a empresa construtora da centralidade do Kilamba, acabaram de abrir uma nova fábrica de estrutura da liga de alumínio na Zona Económica Especial de Viana, com uma produção anual de 10 mil toneladas. Não só vai satisfazer o consumo do mercado interno, mas também tem capacidade para exportar aos países vizinhos de Angola. Há uma outra fábrica aqui em Luanda para produzir baterias de automóveis. É um investimento de dezenas de milhões de dólares norte-americanos, com linhas de produção bastante avançadas. Vai oferecer várias centenas de empregos para a população. Está prevista a abertura nos próximos meses do ano corrente. Ainda em Luanda, a maior empresa chinesa de produção de detergentes vai começar a fazer investimentos para detergentes de roupa e sabão. Trata-se de um investimento de mais de 10 milhões de dólares norte-americanos.

O negócio da construção civil já não é tão apetecível para os investidores chineses?

A construção civil é muito importante. Para Angola, um país que sofreu muito com o conflito interno de mais de 20 anos, precisa de um processo de reconstrução do país para a formulação das infra-estruturas que foram destruídas. Também precisa-se de novas infra-estruturas de obras públicas, o que o Governo angolano fez nos passados anos. Deram bons resultados.

A parte chinesa participou de maneira activa. Enquanto no princípio deste processo de reconstrução de infra-estruturas não houve grande participação da comunidade internacional, a China fez questão de entrar porque depositava a sua confiança no futuro de Angola. Achamos Angola um país amigo e parceiro importante da China. Daí ajudar e fazer desenvolver. Esta cooperação deu um bom resultado.

Temos habitação, estradas, caminhos-de-ferro, portos, barragens, hospitais e escolas que estão a servir como base do desenvolvimento do país. Neste momento, com o processo de diversificação da economia nacional, as formas de cooperação entre os dois países vão se diversificar naturalmente.

O que já escutou sobre a qualidade das obras chinesas em Angola, entre as quais o Novo Aeroporto Internacional de Luanda, cujo orçamento terá ultrapassado todas as expectativas?

Acho que as contestações têm que ser responsáveis. Estou cá há cinco meses e até agora não recebi queixas sobre algum tipo de obra ou projectos com

problemas de qualidade. Durante este período, há tantas obras finalizadas que foram entregues de empreitadas para donos empreiteiros, mas nunca se ouviu falar de dúvidas sobre a qualidade.

Para as obras públicas, temos processos internos para a garantia de qualidade desde o início das obras, contratos, acordos, até fiscalização, testes, exames. Se não tiver qualidade, estas obras nunca podem ser finalizadas, nem ser entregues. Ultimamente, até as notícias que passaram na televisão, há responsáveis dos ministérios a falarem sobre as razões do mau estado das estradas por causado sobre peso e os camiões. Depois também faltava a manutenção, não recuperaram a tempo.

E o que sabe sobre as obras no Novo Aeroporto de Luanda?

O Novo Aeroporto Internacional de Luanda é uma obra que o Governo está a fazer puxar à frente e depois há uma empreiteira chinesa que participa nesta construção. As coisas ainda estão em negociações para as condições, mas obviamente que estão a sair algumas notícias sobre os trabalhos que estão a correr para a frente.

A China vai continuar a financiar projectos em Angola?

Acho que isso é uma vontade das duas partes. Quer dizer que a China sempre considera Angola como um parceiro importante, com grande potencial para a cooperação de beneficiários mútuos. Está sempre disponível a trabalhar com a parte angolana nas novas ou tradicionais maneiras de cooperação.

Quanto é que Angola deve à China?

Tem os números do Governo. É a volta de 23 mil milhões de dólares.

É verdade que o valor da dívida está a decrescer?

Há aquele relatório que saiu com estatísticas oficiais. Mais oficiais do que os números da Embaixada da China.

Informações avançadas por responsáveis de associações de empresários chineses falam na redução de investidores do vosso país. Essa diminuição está apenas associada ao momento económico que Angola vive ou também com o clima de insegurança devido à criminalidade?

Eu tenho dúvidas. Nos últimos anos, a economia angolana estava em baixa. Não havia uma época de crescimento razoável, bastante avançada dentro de África ou até mesmo no mundo, com taxas de

crescimento 7 por cento ou mesmo 10 por cento. Mas, nos últimos anos, a economia não se desenvolveu como anteriormente por causa do preço do petróleo. E o país também está a aconselhar e a levar em consideração que a economia não pode depender só do petróleo. Tem que haver uma diversificação. Realmente, com esta recessão da economia, evidentemente o mercado ofereceu menos oportunidades de negócios. Por isso, aqui a comunidade chinesa diminuiu nos números. Mas, mesmo assim, os chineses gostam de Angola, porque é um país hospitaleiro. Mesmo com dificuldades, é um país com futuro, de coesão nacional, tem estabilidade política, com recursos e potencialidades que vale a pena os chineses ficarem cá. Para trabalharem em conjunto com a cooperação angolana para criar mais riquezas e desenvolvimento.

12.9 Guerra comercial EUA-China com pouco impacto em África

Novo Jornal

27 De Setembro de 2019

A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China não deve preocupar as economias africanas, já que o aumento das tarifas não é generalizado, considera o Standard Bank.

Através do seu Departamento de Estudos Económicas, a instituição bancária com sede na África do Sul justifica a tranquilidade para o continente entendendo por entender que a tensão desta guerra comercial está mais centrada nos Estados Unidos.

"Uma das razões pelas quais não estamos preocupados com o impacto da guerra comercial no crescimento das economias africanas é que a tensão é muito centrada nos Estados Unidos", refere o relatório referente ao mês de Outubro sobre os mercados financeiros africanos.

No documento, enviado aos investidores e ao qual a agência portuguesa Lusa teve acesso, os analistas do maior banco a operar no continente africano argumentam que é só o Governo norte-americano que está a impor tarifas ou a ameaçar aumentar as taxas aduaneiras sobre outros países.

O que achamos estranho nesta guerra comercial é a resposta dos mercados financeiros a qualquer movimentação, parecendo que o mercado exagera um pouco, antecipando um desastre financeiro num momento, e uma prolongada prosperidade logo a seguir", comentam os especialistas do Standard Bank.

"A imposição de tarifas nas importações chinesas tem um efeito distributivo, mudando a procura norte-americana por produtos chineses, logo não afecta assim tanto a procura global, especialmente das matérias-primas", que são a principal exportação dos países africanos, notam ainda os analistas do sector financeiro no referido documento.

Se o objectivo do Governo norte-americano fosse aumentar as tarifas sobre todas as importações, observam os especialistas, aí sim, os países africanos enfrentariam um problema, tendo um impacto negativo.

Entretanto, a expectativa dos analistas da instituição bancária sul-africana é de que os fluxos dos mercados financeiros não tenham grande impacto na trajectória da economia nos países do continente africano.

12.10 Os Chineses gostam de Angola

Jornal OPAÍS

27 De Setembro de 2019

A insegurança não tem sido um dos factores de saída dos chineses?

Eu estou cá há cinco meses. Quase que há sempre informação sobre crimes e insegurança, tanto contra cidadãos angolanos como estrangeiros, inclusive chineses. A comunidade chinesa, a embaixada e eu próprio também estou preocupado. Mantemos contactos com as autoridades angolanas para terem mais atenção sobre a comunidade chinesa e ajudar mais na protecção dos direitos destes cidadãos. É isso que o Governo e as autoridades angolanas estão a fazer. Para ter mais segurança, é um tipo de trabalho que leva tempo e tem a ver com vários sectores. Se a economia volta a crescer, então as pessoas terão mais empregos e as famílias mais receitas. Acho que o nível de criminalidade vai baixar. Mas acreditamos no Governo para baixar a criminalidade e estamos confiantes no novo ciclo do desenvolvimento económico do país. A embaixada vai trabalhar com o Governo Angolano e com a sociedade para fazermos mais esforços em todos os domínios.

Houve casos de cidadãos chineses vítimas de crimes perpetrados por angolanos. Mas há outros por cidadãos ou grupos chineses, tendo obrigado a vinda de investigadores da China para averiguar os casos. Há organizações criminosas chinesas a operarem em Angola?

Nós, enquanto Embaixada da China, sempre agimos e dissemos aos nossos compatriotas para seguirem as leis. Viverem e trabalharem dentro das leis.

Evidentemente, houve crime organizado, grupos de pessoas que causaram perda devida humana sede bens, os dois países organizaram operações em conjunto para resolver estas questões. Nestes cinco meses não tenho informações oficiais destes tipos de crime organizado. Mas, de qualquer maneira, as autoridades policiais angolanas estão sempre atentas para este tipo de crime. Por parte da embaixada, também não queremos ver estes crimes a serem repetidos. Mas é preciso trabalho conjunto das duas partes para prevenir.

É fácil um cidadão chinês entrar em Angola?

Fácil? É preciso ter o visto. O Governo angolano está a trabalhar para facilitar os vistos para os cidadãos estrangeiros entrarem no território angolano. Evidentemente, acontecem casos de dificuldades vistos. Isto acontece aqui e noutros países. É uma coisa que cabe às duas partes fazerem esforços para resolverem e facilitarem a circulação dos cidadãos de um país para o outro. Espero que este trabalho de facilitação de visto para os cidadãos estrangeiros também favoreça os chineses. Se quiserem vir a Angola, então Isso ajuda muito.

A China voltou a introduzir na agenda mundial um conceito antigo, mas com uma nova roupagem: o projecto Rota da Seda. Em que pé está?

Está no pé direito (risos).

Dá para ver...

A Rota da Seda é um caminho de comércio e intercâmbio de civilizações nas idades antigas, entre a China, países vizinhos da Ásia e com a Europa. Era uma contribuição para o desenvolvimento do ser humano. Agora, estamos a viver num mundo de globalização, os países estão cada vez mais interligados, por isso precisamos explorar este espírito de Rota da Seda, ou seja, desenvolver em conjunto. Assim, o Presidente Xi Jinping apresentou esta iniciativa 'Faixa e Rota' para China ficar mais aberta ao resto do mundo. Esta iniciativa 'Faixa e Rota' engloba várias conectividades, nomeadamente política, económica, infra-estrutura, comércio e financiamento, intercâmbio de pessoas. Felizmente, no ano passado, durante a visita de Estado do Presidente angolano, a China e Angola assinaram um memorando para a cooperação nesta iniciativa. Por exemplo, ouvimos falar há um mês daquele comboio 'Orgulho de África', que liga a Tanzânia (Dar - Es-Salam) até Angola (Lobito). Liga os dois lados do continente, o Índico ao Atlântico. É uma amostra do espírito de 'Faixa e Rota'. O caminho-de-ferro de Dar-Es-Salam para Lusaka, na Zâmbia, foi uma obra de doação do Governo chinês na década de 70 do

século passado. Naquela época, a China não era como hoje, porque também tinha escassez dos seus recursos, mas mesmo assim ajudámos os países amigos e irmãos para que tivessem a linha férrea. No case de Angola, a China ajudou no financiamento e ajudou na reconstrução do caminho-de-ferro de Benguela. Agora já está em bom funcionamento e representa o orgulho da África e de Angola. Há uma ligação entre Angola e os países vizinhos, assim como zonas interiores e litorais. Isso é ligar Angola como resto do mundo, para o outro lado da África e depois, através das linhas marítimas, chegar até à China. É para transporte de passageiros, mercadorias e facilitar o intercâmbio de recursos, produtos e pessoas. Para atingir o objectivo do nosso desenvolvimento em comum.

Como está a situação da China em termos políticos, económicos e sociais?

A China está politicamente estável.

Temos o Partido Comunista muito unido. Temos um secretário-geral e também Presidente do país, Xi Jinping, com uma liderança com confiança, apoiada pelos colegas do partido e das massas. Agora, a economia chinesa, como eu referi, não cresce tanto como antes. Mesmo com uma taxa menos rápida de desenvolvimento, o volume do crescimento é enorme. Segundo as estatísticas, o crescimento da economia chinesa tem a contribuição de 30 por cento do crescimento total do mundo inteiro. Entretanto, a China continua a fazer as suas reformas e aberturas ao exterior com a globalização. A China acabou de organizar a primeira edição da Feira Internacional de Importação de Shangai. Não houve precedente de um único país que faz uma feira só para a importação.

Isso reflecte uma grande capacidade de poder de compra, expansão do mercado de consumo da China que esteja aberto para todos os produtos que vêm de todo o mundo. E este ano vai ser realizada a segunda edição desta feira de importação. E no passado mês de Junho, a China organizou pela primeira vez, na província de Hunan, a Feira China-África para o comércio e investimento, em que Angola foi convidada principal e teve uma grande participação. A China está a passar por um grande processo de transformação do modelo de desenvolvimento. Vamos depender menos do desenvolvimento quantitativo e estender mais para o qualitativo. Estas políticas vão fazer da China mais aberta e oferecer mais oportunidades para o resto do mundo ter mais participação na economia chinesa. E a China, por sua vez, vai ter mais participação noutros países amigos como Angola. Este ano é o do 70º aniversário do Dia Nacional da China, que é a 1 de Outubro.

'Um país, dois sistemas'. É assim que se vê a China em relação a um dos seus territórios, no caso Hong Kong. Os últimos acontecimentos neste território, com o recuo na lei sobre a "extradição" e manifestações significa alguma ameaça ao sistema político?

Estas situações em Hong Kong não são manifestações, mas sim situações de violência. Evidentemente, todas as situações que têm a ver com a emenda de decretos para fugitivos criminosos e extradição são naturais entre um Governo e outro. Para punir os criminosos, o Governo de Hong Kong apresentou uma proposta destas emendas de decreto, só que não foi bem recebida pela sociedade, pela oposição. As manifestações devem ser pacíficas e apresentar-se as exigências, os requisitos. Só que depois há uma mudança destas manifestações pacíficas para a violência. Os manifestantes, marginais, atacaram a Assembleia Regional, a representação do Governo Central em Hong Kong, os polícias, mancharam o emblema nacional e atentaram contra a bandeira nacional. Estes actos já não são manifestação, mas sim violência e estão a contrariar a política 'um país, dois sistemas'. Está a pôr em perigo a segurança da economia e estabilidade, porque não deixam a população trabalhar e viver. Nem o Governo funcionar. Isso não é permitido em nenhuma parte do mundo. Por isso, o Governo Central da China apoia o Governo Regional de Hong Kong, sem reservas, para a estabilidade da ordem da região autónoma e regressar à normalidade. Entretanto, como você referiu, algumas medidas foram tomadas pelo Governo Regional, que são medidas que ajudam a pacificação. Agora vamos ver se funciona. Mas, de qualquer maneira, o Governo central está determinado para garantir o bom futuro de Hong Kong, que é benéfico para o continente, para a própria população local e também para o resto do mundo.

O que pensa do presidente Donald Trump?

Trump é o Presidente americano. Não faço pronunciamentos sobre o Presidente americano. Mas sei que se está a referir ao conflito comercial entre os Estados Unidos e a China.

Na última reunião do G-7, o Presidente Trump disse que a guerra comercial era apenas uma questão de dias porque já havia negociações entre os EUA e a China. É verdade?

A guerra comercial provocada pelos americanos já dura há mais de um ano. É uma provocação unilateral imposta em cima da China por causa do défice que existe entre os EUA e o nosso país. Isto é uma

normalidade na época da globalização. A China sempre tem o espírito de dialogar para resolver os problemas.

Mas a China também respondeu com tarifas pesadas. O que se passou?

Negociamos, dialogamos, mas quase a chegar à conclusão e novos acordos, eles responderam com novas tarifas. A China não tem medo da guerra, mas também está disponível para dialogar e procurar soluções. Nós temos que defender os nossos direitos do desenvolvimento e também estamos a defender o direito ao desenvolvimento de todo o mundo, sobretudo os países em vias de desenvolvimento, inclusive Angola. Também estamos a defender o multilateralismo, livre comércio, globalização e a ordem de comércio internacional. Mas temos confiança que tanto a China como os Estados Unidos são dois países com importância enorme no mundo. Entretanto, vamos ter mais negociações, mas, se as negociações não permitirem, vamos combater. Temos confiança em nós próprios.

Está confiante numa vitória nesta guerra comercial com os Estados Unidos?

Não é uma guerra comercial com vitórias. É conflito de comércio para defender e salvaguardar os nossos direitos e interesses. Não podemos deixar a hegemonia comercial funcionar para a China e outros países. Temos que ter respeito e igualdade de tratamento, assim como espírito de responsabilidade. O que nós fazemos não só dá resultado para os dois países, como também para o resto do mundo. Temos que ter a noção de que as coisas que estamos a fazer têm que servir os interesses de todos. Senão, qualquer política ou vitória não vai ter sustentação ou apoio de outras partes.

Falamos da 'guerra comercial, mas no campo militar há a preocupação com a instalação de mísseis na Ásia. A China está preocupada com isso?

Todos nós, incluindo a China. Pretendemos ver um mundo estável e a desenvolver-se. Também gostaríamos de ver uma Ásia estável e com paz, concentrada no desenvolvimento. Qualquer míssil que venha do exterior não é bem-vindo, porque vai causar instabilidade e desconfiança entre as partes. Por isso, a colocação de mísseis americanos na região da Ásia não é aceitável, nem bem-vinda pelos outros países. Evidentemente, a China se opõe firmemente. Isto também é outro tipo de provocação na porta da China que não podemos aceitar. Temos que defender os nossos interesses e tomar as necessárias medidas.

Quais são as medidas que estão a tomar?

São as medidas necessárias para defendermos os nossos interesses.

Pretendem chegar a um acordo neste caso com os Estados Unidos?

Um acordo? Não digamos que seja um acordo, porque aqui há um acto unilateral de colocar mísseis. Vamos nos opor a esta iniciativa.

Mas um acordo ou uma aliança com a Rússia para empurrarem os americanos para fora da Ásia pode ser possível, tendo em conta o último encontro entre os presidentes Xi Jinping e Vladimir Putin?

Entre a China e a Rússia não trata duma relação da aliança. A Rússia é um parceiro importante, estratégico e global da cooperação amistosa. Temos muitos interesses em comum, sobretudo na salvaguarda da paz e justiça no mundo. Por isso, temos que cooperar nos assuntos internacionais. Estas cooperações serão reforçadas ainda mais nos próximos tempos. Mas não vejo até este momento uma aliança militar entre a China e a Rússia.

O que pensa do actual formato do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

É preciso reformas nas Nações Unidas e também no Conselho de Segurança. A China apoia estas reformas, porque é necessário que se aumente a representatividade e o direito de palavra dos países em via de desenvolvimento, especialmente os de África. Para que os países de pequena dimensão entrem e participem nas decisões.